

Geimison Falcão

História, Memória e Identidade do Território Quilombola de Alto Alegre e Base



História, Memória e Identidade do Território Quilombola de Alto Alegre e Base



Universidade Regional
do Cariri - URCA



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



C A P E S

Fortaleza, 2021

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE
DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ALTO ALEGRE E BASE**

© 2021 Copyright by **GEIMISON FALCÃO**
Impresso no Brasil / Printed in Brazil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Diagramação

Francisco Norton Falcão Chaves, Matheus Melo

Capa

Matheus Melo

Fotos Capa

Márcio Castro

Imagens Capa

Paisagens, personagens e práticas
culturais das comunidades quilombolas
do Alto Alegre e da Base

Revisão

Nataly Pinho Chaves e Francisco
César Nobre de Sousa

Impressão e Acabamento

Expressão Gráfica e Editora
Rua João Cordeiro, 1285 - Aldeota - Fortaleza - Ceará
CEP: 60110-300 - Tel.: (085) 3464-2222
E-mail: arte@expressaografica.com.br

Ficha Catalográfica

Biblioteca: Perpétua Socorro Tavares Guimarães
CRB 3/801-98

F 178 h Falcão, Geimison

História, memória e identidade do Território Quilombola de Alto
Alegre e Base / Geimison Falcão.- Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021.

132 p.

ISBN: 978-65-5556-216-3

1. Educação - Brasil 2. Educação étnico- racial
3. Comunidades Quilombolas I. Título

CDU: 373.0981

Geimison Falcão

**História, Memória
e Identidade
do Território Quilombola
de Alto Alegre e Base**

Fortaleza, 2021

*Não sou descendente de
escravos. Eu descendo de seres
humanos que foram escravizados.*

Makota Valdina

PREFÁCIO

Ter sido orientadora do Geimison Falcão no Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Regional do Cariri-URCA, foi um aprendizado, no qual a tônica principal foi o diálogo, com o intuito de, juntos, compreendermos a tessitura da pesquisa.

É uma alegria ver aqui parte do resultado de seu trabalho final, que revela empenho acadêmico e dedicação sensível, na escuta e na escrita, como formas concretas de combate à discriminação racial, pois viabiliza o acesso a algumas memórias e histórias que ressignificam os conhecimentos dos povos quilombolas que vivem no território cearense.

Na pesquisa de campo, ele teve sensibilidade para ver e ouvir os personagens e, na escrita do trabalho, deu voz aos diferentes sujeitos que fazem o cotidiano das comunidades quilombolas pesquisadas, situadas entre os municípios de Horizonte e Pacajus, ambos no Ceará. Uma opção sensata e rica de possibilidades interpretativas!

Nos encontros intersubjetivos com seus entrevistados, fez emergir novas respostas às perguntas, a partir do presente que desafia, e fez uma cuidadosa análise das entrevistas que teve oportunidade de fazer. Além disso, revela saberes e significados, contextualizados em seus contornos econômicos, políticos, culturais e sociais, que passam a ter sentido para todos e não só para os descendentes quilombolas. Por isso, é um trabalho que ultrapassa as barreiras do espaço pesquisado e contribui para a compreensão de parte da História dos povos afrobrasileiros na Terra da Luz.

Este livro, "História, Memória e Identidade do Território Quilombola de Alto Alegre e Base", é um presente para todos nós, pois nos brinda com ricas experiências vividas no cotidiano das comunidades quilombolas.

Cada capítulo dá uma contribuição singular: 1. Quilombos – que nos apresenta fragmentos de histórias locais do Ceará, como a Comunidade Quilombola de Alto Alegre e a Comunidade Quilombola da Base, o que nos leva para além do conhecido Palmares; 2. História, Memória e Identidade Quilombola – que, acima de tudo, valoriza as marcas que ficaram e que, nas teias relacionais das comunidades quilombolas, são reconstruídas e ressignificadas na construção identitária; 3. Cotidiano e Práticas Culturais Quilombolas – que aborda a delicadeza das mulheres da Comunidade Quilombola de Alto Alegre, as quais confeccionam lindas bonecas negras de pano, e da Base, que confeccionam bonecas negras à base de jornal, verdadeiras esculturas, além do concurso escolar de ambas as comunidades, com vistas a valorizar a beleza da mulher negra, dentre outras práticas significativas.

Um adendo: o autor tem um amor à docência, que o impulsiona a ir além, com vistas à desconstrução de estereótipos, como no caso dos seres humanos do continente africano que foram escravizados e que, por muito tempo, foram erroneamente denominados de escravos, destituídos de humanidade; ademais, ele busca

novas repostas para perguntas já feitas, como: quais são as marcas da cultura africana e afro-brasileira em nossa História local?

Destacamos a educação escolar como uma das principais formas de combate à discriminação, ou seja, ela seria uma ferramenta necessária no combate ao desconhecimento que aliena, que gera preconceitos e sofrimentos, principalmente nos estudantes. Este livro dá sua parcela em prol de aprendizagens mais significativas e autônomas. Ele impulsiona a uma consciência de que é preciso desconstruir estereótipos racistas e construir novas possibilidades de convivência respeitosa e valorativa da História de todos e de todas.

Por meio deste livro, temos ainda uma contribuição para a efetivação da Lei nº. 10.639/2003, que tornou obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e, especialmente, uma contribuição para a Educação Escolar Quilombola, pois favorece o importante debate acerca da educação étnico-racial e a consolidação de políticas públicas para uma educação, de fato, inclusiva para todos e que incorpore as políticas do Ministério da Educação.

O professor Geimison Falcão está de parabéns pela excelente contribuição teórico-pedagógica, e os seus leitores podem ficar seguros de que a publicação deste livro representa um grande serviço às comunidades quilombolas e não quilombolas, pois somos beneficiários de uma pesquisa séria, que resulta neste belo trabalho.

Fortaleza, julho de 2020.

Isáide Bandeira da Silva
Curso de História da UECE/MIHL

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, à minha esposa e à minha filha que com muito carinho e apoio não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

APRESENTAÇÃO

Este livro sobre a história, memória e identidade do território quilombola de Alto Alegre e Base é produto da nossa dissertação no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), o qual foi cursado na Universidade Regional do Cariri (URCA), entre os anos de 2018 e 2020. Nossa pesquisa teve como objeto de estudo o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana em uma escola municipal localizada no território quilombola de Alto Alegre e Base, o qual se situa entre os municípios de Horizonte e Pacajus, no estado do Ceará. Com ela, tínhamos o interesse de contribuir com o ensino da história e identidade dos povos quilombolas, o que colaboraria, assim, com

o processo de visibilização daqueles que, durante muito, foram excluídos dos materiais didáticos ou lembrados unicamente por seus sofrimentos como seres humanos escravizados.

Este material foi estruturado em três unidades, que funcionam como eixos temáticos, a partir dos quais se desenvolvem 15 subtemas. Os textos de cada subtema foram elaborados, especialmente, a partir de entrevistas realizadas com os quilombolas. Ao priorizarmos as memórias daqueles que foram historicamente marginalizados, buscamos romper com os processos de invisibilização, aos quais os quilombolas foram historicamente submetidos. Outro motivo para tal priorização se deveu, também, ao fato de que, mesmo quando vistos, isso se dava mediante uma visibilização perversa, a qual se concretizava por intermédio de uma atribuição negativa por ser negro. Além disso, esta pesquisa não visou apenas a identificar o que permaneceu do passado desses povos, mas, sobretudo, a entender como eles vivem no presente, o que inclui suas relações com outros grupos em suas lutas pela propriedade definitiva da terra e pelo respeito às suas

representações e práticas culturais. Sendo assim, com este trabalho, procuramos evidenciar as representações e práticas culturais das pessoas daquele lugar, bem como tornar perceptível que os modos de ver e de fazer dos sujeitos históricos sempre estão em uma constante resignificação a partir de relações sociais que medeiam processos de ocupação e permanência de um determinado grupo social em um território.

Geimison Falcão de Lima

Sumário

Prefácio	5
Apresentação	11
1. Quilombo.....	17
1.1. O que é o quilombo?.....	17
1.2. Quilombos no Ceará	24
2. História, Memória	
e Identidade Quilombola	29
2.1. Os quilombos do Alto Alegre	
e da Base	29
2.2. Memórias quilombolas	40
2.3. Reconhecimento como	
comunidades quilombolas	47
2.4. Lutas pela terra quilombola	54
3. Cotidiano e práticas	
culturais quilombolas	63
3.1. Religiosidade.....	63

3.2. Cura pela fé e pelas ervas medicinais	71
3.3. Parteiras	76
3.4. Atividades econômicas	80
3.5. Educação escolar	87
3.6. Capoeira e maculelê.....	96
3.7. Artesanato	102
3.8. Bandas de percussão	109
3.9. Desfile para a escolha da mais bela negra.....	113
FONTES.....	117
REFERÊNCIAS.....	122

1. Quilombo

1.1. O que é o quilombo?

A dispersão dos povos africanos pelos continentes asiático, europeu e americano aconteceu, principalmente, por meio do tráfico de seres humanos, ocorrido entre os séculos XV e XIX. Essa tragédia humanitária é uma das maiores migrações forçadas da história, na qual, somente para as Américas, aproximadamente 12 milhões de pessoas foram obrigadas a atravessar o Oceano Atlântico para viverem de forma brutal no novo mundo. Desse total, cerca de 4,8 milhões desembarcaram no Brasil. Aqui, a escravidão africana durou quase quatro séculos, de 1535 até 1888. Os escravizados eram utilizados, principalmente, como mão de obra na agricultura, nas minas, nos serviços domésticos e em algumas atividades urbanas. Porém, com o passar do tempo, os negros desenvolveram várias táticas de resistência à escravidão, como fugas individuais ou coletivas, violência contra os seus senhores, criação da capoeira, destruição das máquinas dos engenhos e formação de quilombos.

O termo Quilombo vem da palavra Kilombo, da língua Mbundo, do tronco linguístico Banto, com significado provável de sociedade ou acampamento de jovens africanos guerreiros. No Brasil, os quilombos eram comunidades formadas por negros fugidos e seus descendentes. Além deles, indígenas e mestiços também se abrigavam nesses lugares. Para identificar e reprimir um quilombo, as autoridades do Brasil Colonial (1500-1822) e Imperial (1822-1889) adotavam uma definição jurídica do Conselho Ultramarino Português (1740), para o qual toda habitação de negros fugidos, que passasse de cinco pessoas, em parte despovoadada, seria um quilombo. Porém, com o tempo, muitos quilombos igualmente se formaram a partir de terras doadas por serviços prestados, assim como por áreas de apossamento e por terras herdadas ou compradas por famílias de ex-escravizados. Isso fez com que surgissem quilombos nas próprias fazendas ou até perto de centros urbanos.

O quilombo mais conhecido foi uma rede de povoados chamada de Quilombo dos Palmares, que se localizava na Serra da Barriga, no atual estado de Alagoas. Esse quilombo, originado em meados do século XVI,

foi destruído pelas autoridades coloniais em 1695. Com base nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, o dia da morte de Zumbi dos Palmares, o líder desse quilombo, em 20 de novembro daquele ano, é considerado, atualmente, o dia da Consciência Negra. Com a abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889) no Brasil, a expressão quilombo deixou de ser utilizada pelas autoridades e pelos legisladores, mas isso não significa que as comunidades quilombolas desapareceram do País. A luta dos afro-brasileiros por igualdade de direitos se intensificou tão logo ocorreu a abolição da escravatura, pois a persistência da discriminação étnico-racial colaborou para a continuação do histórico processo de exclusão social dos negros. Por isso, estes perceberam que precisavam lutar por uma segunda abolição, já que tinham sido deixados à própria sorte no que diz respeito à inserção social no contexto pós-abolição.

No decorrer do século XX, o movimento negro liderou várias frentes de luta para que o Estado brasileiro reparasse a injustiça histórica praticada contra os afro-brasileiros. Algumas das reivindicações eram a luta contra o racismo, pelo o reconhecimento da contribui-

ção dos africanos para a diversidade cultural brasileira e pela a propriedade definitiva da terra para uma massa de camponeses negros sujeitos à marginalização social. As principais conquistas vieram com a Constituição Federal de 1988, quando esta reconheceu que as comunidades quilombolas fazem parte do patrimônio cultural brasileiro e garantiu que essas mesmas comunidades têm direito à propriedade definitiva de suas terras. Além disso, em 1989, houve a aprovação da Lei nº 7.716, que tornou crime a prática do racismo com previsão de pena de prisão a quem tenha cometido atos de discriminação ou de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

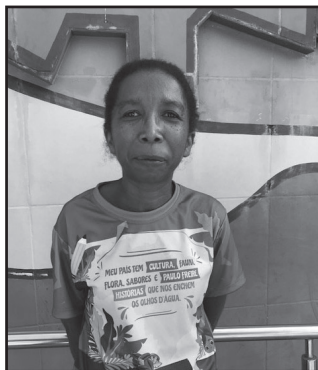
Hoje em dia, a definição mais aceita para o conceito de quilombo é a que consta no Decreto Federal nº 4.887/2003. Esse documento define os critérios necessários para que os quilombolas obtenham a titulação definitiva da propriedade de suas terras ancestrais. Conforme o artigo 02 desse decreto, povos quilombolas são grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e com ancestralidade negra

relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Então, entende-se que o atual conceito de quilombo tem mais relação com a ideia de permanência histórica em um território, onde um grupo social apresenta uma identidade étnico-racial.

O reconhecimento das comunidades quilombolas significa que as pessoas que se autoidentificam como pertencentes a tais comunidades possuem direitos que devem ser respeitados. A professora Francisca Edileuda da Silva, de 41 anos, tata-raneta de Cazusa e mais conhecida como Leuda, afirmou que ser um quilombola simboliza

[...] resistência, vitória, luta, é uma grande conquista [...] ver a minha comunidade como era há dez anos e ver a comunidade quilombola hoje, pra mim é um grande salto, um grande avanço, [...] conquista pelos nossos direitos, principalmente quando nós fomos reconhecidos como comunidade quilombola, [...] mudou o pensamento de muitas pessoas, [...] estão buscando os seus direitos, [...] somos iguais a qualquer uma outra pessoa [...].

Figura 01 - Francisca Edileuda da Silva, 41 anos,
tataraneta de Cazuza



Fonte: Autor, 2019.

Pela fala da professora, percebe-se que houve avanços para o Alto Alegre devido ao seu reconhecimento como comunidade quilombola. E o mais importante é o sentimento de elevação da autoestima do seu povo e a consciência de que ele deve lutar pela conquista de seus direitos. Vale destacar que autodefinir-se como quilombola não significa estar preso a um passado de escravidão. Por isso, para se compreender uma comunidade quilombola não basta apenas identificar o que ficou do seu passado, mas, especialmente, perceber as transformações pelas quais passaram. Por essa razão, é necessário enten-

der como esse grupo social vive no presente, o que inclui suas relações com outros grupos em suas lutas pela propriedade definitiva da terra e pelo respeito às suas representações e práticas culturais.

No geral, 3.386 comunidades quilombolas, sendo mais de 2.000 na região Nordeste, já receberam suas certificações de reconhecimento, e outras 230 ainda aguardam a conclusão de seus processos. A seguir, há uma tabela que contém o número, por estado, de comunidades quilombolas que foram reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares:

Figura 02 - Comunidades de Quilombos por Estado

AC: 0	CE: 50	DF: 0
AM: 8	RN: 30	MS: 22
AP: 44	PB: 42	ES: 42
RR: 0	PE: 195	RJ: 41
PA: 261	AL: 69	SP: 56
RO: 8	SE: 37	MG: 388
TO: 45	BA: 811	PR: 38
MA: 816	MT: 78	SC: 16
PI: 88	GO: 64	RS: 137

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2019.

1.2. Quilombos no Ceará

Apesar de a pecuária e o cultivo do algodão, principais atividades econômicas praticadas no Ceará Colonial (1500-1822) e Imperial (1822-1889), não usarem, predominantemente, mão de obra escravizada, nessa época, havia muitos negros no Ceará, pois não se pode associar a presença do afro-brasileiro, em algum lugar, apenas à escravidão. Aqui, os negros não eram apenas cativos, mas eram, também, trabalhadores livres, posseiros e, até mesmo, proprietários de terra.

No Censo Demográfico da província do Ceará de 1872, 56% da população era constituída por pretos e pardos. Em 2018, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE mostrou que 71% da população cearense se autodeclarava parda ou preta. Desse modo, percebe-se a significativa presença dos negros no processo histórico cearense, o qual se estende para além de uma vida de escravizados. Um exemplo de negros que possuíam terras no caso citado por Francisco Manoel da Silva, de 53 anos, mais conhecido como Nego do Neco, trineto de Cazuzu e membro da diretoria da Associação dos Remanescentes

tes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências (ARQUA). Ele falou que foi seu pai, Manoel Raimundo da Silva, o Neco, bisneto de Cazuzza, que comprou as terras do Alto Alegre, nas quais moram desde meados do século XIX. Nego do Neco relatou que essa compra se deu da seguinte forma:

[...] o terreno onde a gente mora estava à disposição pra ser vendido no cartório [...] antigo que tem no Pacajus, [...] para quem quisesse comprar. [...] aí o meu avô tinha uma besta, mandou o meu pai vender [...] por vinte mil réis e aí o papai, quando pegou esse dinheiro, aí o meu avô disse: — ‘meu filho, corra logo lá no cartório pra pagar esse terreno’—. Quando papai chegou lá, pagou o terreno todinho [...] do Alto Alegre até a Base. [...] essa venda foi uma das melhores coisas que o meu pai fez, meu avô fez, tio Ferreira aí vendeu aí esse terreno pra gente [...] senão a gente talvez até hoje era morador dos outros.

Figura 03 - Francisco Manoel da Silva, 53 anos, trineto de Cazuzá



Fonte: Autor, 2019.

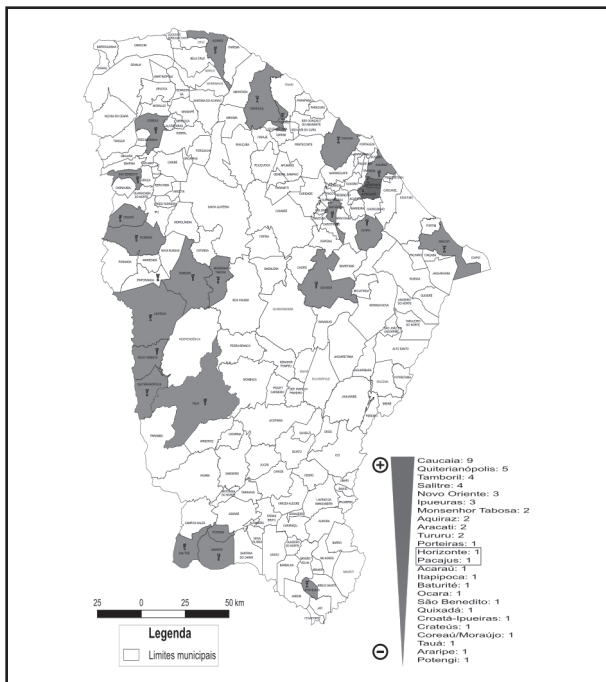
Então, entende-se que os quilombolas do Alto Alegre e da Base possuem, de fato, o direito à propriedade da terra onde vivem, pois, conforme o depoimento acima, a compra e venda da terra ocorreu entre parentes. Isso reforça a narrativa de que os descendentes do Negro Cazuzá, fundador do Alto Alegre, habitam esse lugar desde quando ainda existiam negros escravizados no Brasil.

No que se refere à presença de comunidades quilombolas no Ceará, conforme a Fundação Cultural Palmares, existem 70 dessas comunidades no estado. Destas,

50 já foram reconhecidas pela fundação, dentre elas Alto Alegre e Base. Outras sete comunidades ainda estão na situação de análise técnica, em que a fundação aguarda uma complementação da documentação necessária para que haja o devido reconhecimento desses quilombos. Em referência à titulação de seus territórios, 32 comunidades abriram processos junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para reivindicarem esse direito, sendo Alto Alegre e Base integrantes desse grupo.

Abaixo, há um mapa que situa as comunidades quilombolas do estado do Ceará. A localização se dá por município e percebe-se que, algumas vezes, há mais de uma comunidade quilombola em alguns deles. Observa-se que existem comunidades quilombolas em praticamente todas as mesorregiões geográficas do estado:

Figura 04 - Comunidades quilombolas no Ceará



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), 2019.

2. História, Memória e Identidade Quilombola

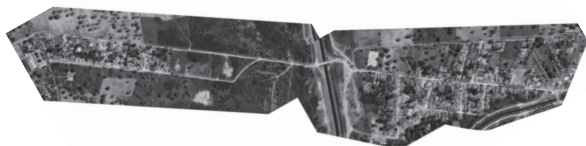
2.1. Os quilombos do Alto Alegre e da Base

As comunidades quilombolas do Alto Alegre e da Base localizam-se, respectivamente, em Horizonte e Pacajus, sendo que a primeira está a 5 km e a segunda a 8 km de distância das sedes de seus respectivos municípios. No ponto onde se encontram as comunidades quilombolas, a fronteira entre os dois municípios é demarcada pelo curso do riacho Ereré, que, igualmente, estabelece os domínios das mencionadas comunidades. Estas possuem, aproximadamente, 375 famílias, que se autoidentificam como quilombolas. Alto Alegre e Base partilham do mesmo percurso histórico, como origens, usos do território, representações e práticas culturais. Uma identidade étnico-racial construída por meio de relações de

parentesco estabelecidas entre as famílias Bento, Chagas, Gadelha, Ferreira e Ramalho. Portanto, pode-se afirmar que existe um único território quilombola, já que a sua divisão se deu apenas por conta da emancipação política do município de Horizonte. Este foi distrito de Pacajus até 1987, uma vez que, nesse ano, obteve sua autonomia político-administrativa.

Adiante, há uma imagem das comunidades quilombolas do Alto Alegre e Base e mapas dos municípios de Horizonte e Pacajus. Os dois quilombos estão justamente na fronteira entre esses municípios.

Figura 05 - Território Quilombola de Alto Alegre e Base



Fonte: Google Maps, 2019.

Figura 06 – Municípios de Horizonte e Pacajus, com a localização do Território Quilombola de Alto Alegre e Base



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), 2019.

A origem dessas comunidades quilombolas vincula-se à saga de Cazusa Ferreira da Silva, mais conhecido como Negro Cazusa, o ancestral-fundador do Alto Alegre. Conforme Manoel Vicente da Silva, o vô Vicente, de 94 anos, bisneto de Cazusa e habitante mais idoso do território quilombola:

[...] ele não era daqui não, ele era da África. [...] Cazuzá, que fundou aí o Alto Alegre. Ele, quando veio lá da Barra do Ceará, ele não veio direto pr'ali não. Ele veio pra lá pro Saco, de Horizonte, veio pra lá. Ele veio lá, lá ele passou um bocado de tempo, a família já criada, aí foi que o João Beiju disse: — 'Seu canto não é aqui, aqui tá muito habitado, 'cê vai lá pro canto em tal que lá tá desabitado, pra tomá conta de lá' — Aí veio, amostrou a ele as água [...] naquelas baixa, que as água aqui é fácil.

Figura 07 - Manoel Vicente da Silva, 94 anos, bisneto de Cazuzá



Fonte: Autor, 2019.

De acordo com narrativas dos quilombolas do Alto Alegre e da Base, Cazuzza fugiu de um navio negreiro que estava ancorado na barra do rio Ceará, em Fortaleza. O que pode vir a confirmar tal versão é o fato de que há registros de um episódio ocorrido na barra do rio Ceará, em 1835, no qual foram apreendidas duas embarcações que transportavam 167 africanos escravizados. Segundo documentação da época, na ocasião, sete negros conseguiram fugir, e um desses pode ter sido o Negro Cazuzza. De acordo com alguns moradores do Alto Alegre e da Base, Cazuzza faleceu em 1913, aos 100 anos de idade. Sendo assim, 1813 foi o ano do seu nascimento, o que faz com que ele estivesse com 22 anos na época da mencionada fuga, ou seja, dentro da faixa etária da maioria dos traficados para o Brasil, os quais eram, majoritariamente, pessoas do sexo masculino com idade entre 8 e 25 anos.

Em sua rota de fuga, Cazuzza acabou chegando à região onde hoje é o município de Pacajus, que, na época, chamava-se Montemor. Esse município tem sua origem relacionada ao processo de catequese dos indígenas da etnia Paiacu. Foi com esse objetivo que, em 1696, foi fundado o aldeamento de Nossa Se-

nhora da Madre de Deus, que depois passou a ser denominado de aldeamento de Montemor, o velho. Cazuzza, porém, foi perseguido por pessoas da região onde ele havia chegado. Sobre isso, vô Vicente contou: “[...] meu bisavô foi pegado a dente de cachorro e à corrida de cavalo [...]”. Cazuzza foi capturado, amarrado no tronco de uma carnaúba e açoitado por três dias, todavia, ele fugiu novamente e conseguiu abrigo entre os Paiacus, que habitavam a região onde hoje é o bairro Buriti, em Pacajus.

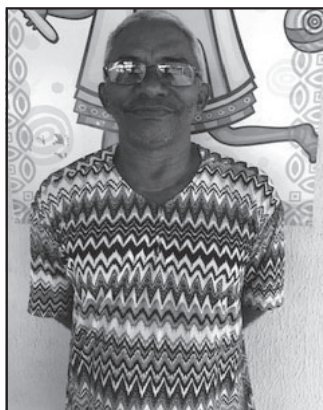
No Brasil Colonial (1500-1822) e Imperial (1822-1889), era comum que negros em fuga se refugassem em comunidades indígenas. No Ceará, nos períodos de seca, quando retirantes, fugindo da fome no sertão, se deslocavam para Fortaleza, negros fugidos também se juntavam a eles. Com relação a tal vivência de Cazuzza entre os indígenas, vô Vicente narrou: “[...] ele gostou duma índia e a índia gostou dele. [...] ele não tinha casado ainda não [...]”. Então, o casal foi morar, primeiramente, na Lagoa do Saco e, depois, onde hoje é o Alto Alegre, em Horizonte. Portanto, os quilombolas do Alto Alegre e da Base e os caboclos de Pacajus, descendentes dos Paiacus, possuem laços históricos de afinidade devido a relações

de parentesco e ao uso em comum de espaços de cultivo, como o Alto do Estrela.

O núcleo mais antigo de povoamento do mencionado território quilombola é onde hoje se localiza o bairro Alto Alegre, o qual foi ocupado em meados do século XIX e cujo centro cultural chama-se Negro Cazuzo, numa homenagem ao ancestral-fundador desse lugar. O nome Alto Alegre tem sua origem em festas bem animadas que aconteciam na parte mais alta daquele lugar. O professor Francisco Haroldo da Silva, de 56 anos, explicou que essas diversões ocorriam

[...] na casa do tio Mateus, [...] lá em cima, [...] quem estava aqui em baixo a gente via lá em cima o clarão entre as matas, só acendia um lampião grande, de querosene, aí de longe todo mundo via aquele fogão no meio do mato, aí apelidaram: — ‘tem festa lá no Alto, na casa do Mateus’ —. [...] quem gostava corria tudo pra lá. [...] aí começou a desenvolver esse nome de Alto Alegre, [...] que as pessoas do Alto Alegre são muito acolhedoras, [...] gostavam muito de festa [...].

Figura 08 - Francisco Haroldo da Silva, 56 anos



Fonte: Autor, 2019.

No decorrer do tempo, devido ao aumento da população em Alto Alegre, ocorreram migrações para outras partes do território. No início, esses lugares eram usados como locais de caça, de coleta e de cultivo agrícola, mas, depois, transformaram-se em locais de moradia. A comunidade da Base, que fica em Pacajus, é um exemplo disso. Os seus primeiros habitantes, ainda na década de 1940, foram José Raimundo da Silva, o tio Zezé, bisneto de Cazuzza, e sua esposa, Irene Chagas da Silva. Logo depois, vô Vicente, irmão do primeiro, também migrou para lá. Segundo tia Irene, quando ela e tio Zezé chegaram à Base, foram

morar numa “[...] casinha de taipa, bem pequeninha. [...] quando era de tarde, passava aquelas raposa por detrás da casa. Naquele tempo, a Base era uma mata medonha, [...] nós tirava lenha quase dentro de casa mermo [...]”.

A Base, inicialmente, era chamada de “a outra banda do Alto Alegre”. Hoje em dia, alguns idosos do Alto Alegre ainda usam essa expressão. Sobre a origem do nome Base, vô Vicente informou que “[...] foi por causa dum lugar de Fortaleza, que tinha um lugar por nome Base. [...] baixou avião aqui em 49 [1949], [...] era dos Nogueira, [...] aí ficou por Base também [...]”. Um membro da família Nogueira igualmente contou essa versão, conforme o qual: “[...] em 1949, foi construído um campo de aviação, que era a base do Coronel Joaquim Nogueira Lopes. Lá desciam aviões no final de semana [...]”.

Assim, a partir de um primeiro núcleo histórico de ocupação, os quilombolas espalharam-se e promoveram uma territorialização que ocupava um espaço maior do que é realmente hoje o bairro Alto Alegre. Os atuais bairros Alto do Estrela, Cajueiro da Malhada, Alto da Boa Vista, Vila Nova e a localidade da Base correspondiam, segundo

os quilombolas, ao território histórico do antigo Alto Alegre.

Em seguida, têm-se duas fotografias do riacho Ereré em diferentes períodos do ano. A primeira mostra o seu leito seco, cortado pela estrada que liga as comunidades do Alto Alegre e da Base. A segunda fotografia é da época da estação chuvosa (janeiro a junho):

Figura 09 - Riacho Ereré



Fonte: Autor, 2019.

Figura 10 – Riacho Ereré



Fonte: Acervo da professora Leuda, 2018.

2.2. Memórias quilombolas

Uma das formas de se compreender a história das comunidades quilombolas se dá por meio das memórias de seus moradores. Como essas populações, por muito tempo, foram excluídas do acesso à educação escolar, o analfabetismo é marca que se fez presente nessas comunidades. Porém, isso nunca impediu que esses povos desenvolvessem os seus próprios processos educativos baseados em suas tradições. Tinha-se a educação informal, que, por meio da oralidade, valorizava a história e a identidade do território em que viviam. A tradição oral, uma das heranças culturais africanas, compreende todos os aspectos da vida, do espiritual ao material, pois a fala expressa o movimento e o sentido das ações humanas.

Essa tradição oral pode ser percebida a partir da manifestação de memórias individuais, que, em conjunto, compõem a memória coletiva de um grupo. As lembranças de cada ser humano estão relacionadas a um sentimento de identificação social, já que as recordações pessoais sobre um passado não estão separadas do meio social a que pertencem. Até bem pouco tempo, o Estado brasileiro e uma

parcela relevante dos brasileiros não reconheciam a legitimidade das memórias dos povos quilombolas. Por isso, muitas vezes, os quilombolas optaram pelo silêncio em relação à sua história e identidade, não propriamente por terem esquecido suas origens, mas, na verdade, as reprimiam, por medo ou por vergonha. As práticas racistas contribuíam até mesmo para o desenvolvimento de sentimentos de negação da ascendência étnico-racial. Como exemplo disso, Cícero Luís da Silva, de 49 anos, presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências (ARQUA), expressou:

[...] eu tenho aqui a minha tia Antônia, [...] ela tinha vergonha de sair de casa por causa do cabelo dela. [...] ela vivia trabalhando na casa de família toda branca e sempre a família branca dizia a história que o negro era escravo, negro não tinha alma, negro era pixaim do cabelo duro. E aquilo a mente da criança absorve a história, aí chegou o tempo dela sair de casa só com o cabelo todo amarrado, com vergonha da cor do cabelo [...]. Eu tinha irmão que pegava caco de telha e se esfregava todinho, pra ver se ficava branco. Nós ia pegar peixe aqui no córrego, ele com a telha lá e eu perguntava: — ‘pra

que isso cara?’ — [o irmão respondeu]: — ‘pra eu ficar branco, pra ver se me aceitam’ —, o cara já com 20 anos de idade [...].

Figura 11 - Cícero Luís da Silva, 49 anos,
presidente da ARQUA



Fonte Autor, 2019.

Ainda sobre esse sentimento de vergonha, por conta da origem étnico-racial, o presidente da Associação dos Remanescentes do Quilombo da Base (ARQUIBA), Sebastião Francisco da Silva, de 44 anos, tataraneto de Cazusa e mais conhecido na comunidade como Bastião, contou que “[...] antes o pessoal tinha muita vergonha. [...] até o padre chamava o pessoal daqui de “melão caetano”, porque gostava muito de ficar no pé da cerca na hora da missa, com vergonha de

se aproximar das pessoas, tinha aquele receio das pessoas ficar criticando a gente [...]”.

Figura 12 - Sebastião Francisco da Silva,
44 anos, tataraneto de Cazuza



Fonte: Autor, 2019.

Esses depoimentos ainda refletem as consequências de uma mentalidade que foi predominante no Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Nessa época, existia uma defesa do branqueamento da sociedade brasileira, haja vista que, sob a influência do determinismo biológico, se acreditava, erroneamente, na superioridade intelectual da raça branca e na inferioridade dos não brancos, principalmente dos negros.

Pelas falas acima, é possível perceber como a prática do preconceito étnico-racial é capaz de causar traumas que, algumas ve-

zes, são maiores que uma dor física. A discriminação racial pode contribuir para que um indivíduo desenvolva traumas psicológicos, como a depressão ou o medo de se aproximar das pessoas. Tudo isso pode levar a pessoa a omitir ou, até mesmo, a negar a sua ascendência étnico-racial, como foi visto no primeiro exemplo relatado.

Apesar da persistência de representações e práticas racistas no Brasil, os quilombolas, por meio de muitas lutas, conquistaram o direito de se reconhecerem e de serem reconhecidos com base em suas diferenças étnico-raciais. Finalmente, chegou a hora de falar sobre o que, por muito tempo, ficou apenas no círculo restrito do grupo, da família, o que não foi menos importante, pois permitiu a preservação e a transmissão das memórias sobre a história e a identidade desse grupo. Atualmente, os povos quilombolas desenvolvem um processo identitário, no qual a valorização de suas memórias ancestrais, antes proibidas ou clandestinas, está sendo fundamental para o trabalho de afirmação de suas identidades étnico-raciais. Para isso, os idosos são de grande importância, uma vez que, por conta de suas experiências de vida,

ninguém está mais preparado do que eles para exercer a função social de recordar, o que torna possível a transmissão de histórias e a construção ou reconstrução de tradições.

Cícero Luís, presidente da ARQUA, destacou que o quilombo do Alto Alegre desenvolve várias ações de valorização da história e da identidade da comunidade, sobretudo por meio da ARQUA, como se pode ver na fala abaixo:

[...] nós tinha o Chá da Memória, pegava os mais velhos da comunidade, levava até o Centro Cultural Negro Cazusa. Lá a gente levava toda a criançada e fazia uma roda de conversa. Pra mim é orgulho que eu tenho de ter um pouco da minha história dentro. [...] nós tinha o tio Cirino, que era vivo, nós tinha a mãe Davel, que ela vinha contar que era parteira e as crianças viam aquilo ali como a história delas, a realidade da vida do tio dela, do avô dela, do tataravô dela, [...] pra lembrar da memória dos nossos ancestrais.

Esse trabalho feito com os idosos é muito importante para qualquer comunidade humana, já que a valorização de suas memórias colabora para ligar as gerações e mostrar para

os jovens que eles fazem parte de uma linhagem que teve início com os seus ancestrais, com os quais ainda têm muito a aprender. Além disso, os jovens precisam entender que vivem em um tempo presente, com suas mudanças e seus desafios, mas que muitos significados da vida são ligados às experiências do passado. Se levarem isso em consideração, estarão desenvolvendo um nível de consciência histórica mais adequado para lutarem pela realização de suas expectativas de futuro.

2.3. Reconhecimento como comunidades quilombolas

A Fundação Cultural Palmares é o órgão do Governo Federal responsável por emitir a certidão de reconhecimento de comunidade quilombola. Para que uma comunidade obtenha esse reconhecimento, as pessoas do lugar precisam, primeiramente, se autodeclarar quilombolas e enviar para a fundação uma cópia da ata da reunião ou assembleia na qual os moradores assim se autodefinem. Além disso, devem preparar um breve relato escrito da história e das práticas culturais da comunidade. Após a análise dessa documentação, a fundação emite a certidão de reconhecimento. As comunidades do Alto Alegre e da Base obtiveram suas certificações, respectivamente, em 2005 e 2006. Desde então, essas comunidades têm direito às políticas públicas destinadas aos povos quilombolas, como educação diferenciada, titulação coletiva das terras em que moram, além de outras.

Esse reconhecimento oficial contribuiu para alterar a vida dessas comunidades. Para a professora Leuda, houve mudanças na “[...] consciência das pessoas, de saber que

preconceito é crime, de saber dos direitos que nós temos [...] onde nós podemos chegar [...]”. O líder comunitário Nego do Neco também viu avanços, quando afirmou que “[...] melhorou a nossa estrutura, o nosso reconhecimento [...] deu mais força pra nós, visibilidade pra gente, força de lutar pelos nossos direitos [...]”. E, por fim, o professor Haroldo entendeu que a comunidade obteve conquistas com o reconhecimento, pois, segundo ele,

[...] primeiro foi o respeito às pessoas, porque com o reconhecimento veio aquele negócio: — ‘se desrespeitar o negro, vai preso — ’ e o pessoal ficaram com esse receio [...]. A comunidade do Alto Alegre e Base foi muitos anos conhecida como os negros do Alto Alegre, os negros da Base, era assim como a gente era tratado. Depois disso, a gente começou a trabalhar a criança mesmo, os direitos de quilombo que elas tinham, como a gente era uma comunidade quilombola, o que a gente tinha feito, como a gente tinha chegado a esse mérito e a gente começou a conscientizar não só os adultos, mas também as crianças, que quem era quilombola tinha direito diferenciado, principalmente

ser respeitado pelo branco [...]. A gente fazia as discussões na comunidade, a gente ia de casa em casa, a gente conversava com as famílias, [...] na escola, na reunião de pais também, então a gente trabalhava essa conscientização pra que o pessoal tivesse mais esclarecimento e se defendesse dos ataques dos outros.

No que se refere ao processo de reconhecimento da Base como comunidade quilombola, Bastião, presidente da ARQUIBA, disse que

[...] antes, a gente tinha muita dificuldade pra ter acesso às coisas, ninguém tinha o entendimento. [...] o reconhecimento veio fortificar cada vez mais, porque a gente conseguiu alguns projetos pra comunidade. [...] as famílias também se conscientizaram em se reconhecer como quilombola, porque elas tinham muita vergonha do que eram, mas, hoje em dia, elas não têm mais aquela vergonha [...]. Nas apresentações culturais no colégio, na rua, isso aí fez com que as pessoas perdessem o medo de se autoreconhecer [...], perdendo a vergonha de se autoidentificar [...].

Nesse processo de conscientização acerca dos direitos dos povos quilombolas, foi, e ainda é, fundamental o trabalho das entidades que representam essas comunidades: a Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências (ARQUA) e a Associação dos Remanescentes do Quilombo da Base (ARQUIBA). As sedes dessas entidades localizam-se nos respectivos centros culturais das comunidades. Conforme os estatutos sociais da ARQUA e da ARQUIBA, é preciso lutar contra qualquer forma de violência dirigida à criança e ao adolescente, à mulher e ao idoso; combater a discriminação e o racismo; lutar pela igualdade de oportunidades e pela justiça social; além de buscar soluções que visem ao desenvolvimento sustentável e solidário das comunidades quilombolas do Alto Alegre e da Base.

O professor Haroldo, que é membro da diretoria da ARQUA, afirmou que sua função tem uma “[...]” responsabilidade muito grande, porque a gente tem que ter um foco. Eu tenho que organizar as coisas, tenho que correr atrás de projetos [...]”. Já o Nego do Neco destacou que a ARQUA “[...]” veio como uma força bruta pra unir o povão, [...]

pra se chegar, pra ouvir as histórias e passar a acreditar. [...] 80% já se chegaram aqui, pra gente conversar, debater, dialogar os problemas da comunidade, como a gente agir”.

A força coletiva dessas comunidades se expressa no trabalho que as duas associações desenvolvem em diferentes áreas. Mediante a organização e o esforço dessas entidades, muitas ações foram realizadas em prol das comunidades do Alto Alegre e da Base, como a construção de centros culturais, de casas de farinha e de casas de sementes para os agricultores; a oferta de diversos cursos para as mulheres, como os de corte e costura e de artesanato, dentre os quais um dos mais conhecidos é o de confecção de bonecas negras; o fornecimento de cestas básicas; e a oferta de aulas de capoeira, de maculelê e de instrumentos de percussão para os jovens.

Pelas falas acima, compreende-se que as melhorias alcançadas pelas comunidades quilombolas não foram resultantes apenas das lutas de uma única pessoa, nem muito menos da boa vontade de alguém. Vê-se que, em todos os depoimentos, os quilombolas exaltaram a importância da luta coletiva como símbolo de união das

comunidades. Isso garantiu, por exemplo, que tivessem mais força em suas reivindicações por direitos junto aos governos municipais, estadual e federal. Portanto, entende-se que direitos são conquistados por meio da luta coletiva e que esta nunca tem um fim. O trabalho coletivo de conscientização que é realizado em Alto Alegre e na Base tem a sua importância pelo fato de que ninguém nasce quilombola, na verdade, torna-se um quilombola. Isso ocorre a partir do momento em que o indivíduo se reconhece e é reconhecido por outros como tal, mediante um contínuo trabalho cotidiano de lembrar, preservar, compartilhar e exaltar a identidade quilombola.

Sendo assim, o reconhecimento das comunidades quilombolas contribui para o combate ao racismo estrutural existente na sociedade brasileira, na qual este se manifesta por meio de discriminações étnico-raciais nos espaços econômicos, políticos e institucionais, como, infelizmente, no cotidiano de muitas escolas, ou seja, as práticas racistas estão presentes em toda a estrutura social brasileira. No entanto, esse empoderamento das populações quilombolas, ao

produzir mudanças nas relações de poder vigentes, questiona as hierarquias raciais discriminatórias, que estabelecem direitos e oportunidades desiguais, com base na inferiorização de determinados grupos étnico-raciais, e traz perspectivas de conquistas sociais a partir da valorização das memórias ancestrais.

2.4. Lutas pela terra quilombola

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o órgão do Governo Federal responsável pela titulação das terras quilombolas. Após obter o seu reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares, a comunidade quilombola deve procurar o INCRA para solicitar a regularização de suas terras. Porém, até hoje, apenas 9% das comunidades quilombolas vivem em áreas tituladas. A seguir, apresenta-se um mapa que contém informações acerca do processo de titulação das terras das comunidades quilombolas localizadas no estado do Ceará.

ritorial (RTIDT), que consiste em um estudo sobre as características históricas, geográficas, econômicas, sociais e culturais das comunidades, além de realizarem um cadastro das famílias residentes no território. Apesar de todo esse trabalho ter sido acompanhado por representantes das comunidades, no início, nem todos os moradores estavam bem informados acerca da sua finalidade. A professora Leuda revelou que o medo de alguns era de

[...] que os brancos iam tomar a terra, que ia voltar no tempo antigo, a gente ia ser preso, a gente ia ser chicoteado, a gente ia ser escravizado, [...] foi um alvoroço tão grande, [...] agora os brancos iam tomar as terras, [...] a gente ia apanhar muito [...]. O INCRA faz esse trabalho de reconhecimento do território quilombola, pra demarcação, porque primeiro tinha que fazer entrevistas com as famílias, [...] eles não queriam dar entrevista. [...] foi reuniões e reuniões, principalmente as pessoas mais velhas [...] ainda tinham certo receio, [...] diziam que a gente ia apanhar muito, por causa que a gente estava dando entrevista, tendo esse reconhecimento [...] vai voltar o tempo da velha escravidão.

No depoimento da professora, nota-se que ainda persiste na comunidade as lembranças de um passado de exploração e violência. E, vale ressaltar que existia desinformação não ape-

nas entre alguns habitantes do Alto Alegre e da Base, mas também entre os vizinhos dessas comunidades, já que, igualmente, se espalharam histórias de que o INCRA iria tomar suas terras para repassá-las aos quilombolas. Para apaziguar essas questões, reuniões de esclarecimento foram realizadas entre os técnicos do INCRA e as populações quilombola e não quilombola. Nisso, a ARQUA e a ARQUIBA exerceram um papel político de mediadoras das discussões, uma vez que suas diretorias já possuíam conhecimento sobre o assunto devido aos contatos que mantinham com órgãos do governo e com entidades representativas do movimento quilombola. Representantes dos poderes públicos municipais de Horizonte e de Pacajus também participaram desse processo. Referente a esse trabalho do INCRA junto às comunidades, Nego do Neco relatou que, em Alto Alegre,

[...] foi uma revolução muito grande, dos nossos próprios familiares. [...] até surgiu um boato que os quilombolas estavam tomando as terra dos Nogueiras, negativo. O governo quer comprar as terras, onde nós trabalhava, pra repassar pra nós, não a gente tomar terra de ninguém. [...] e aí quando o INCRA chegou aqui foi uma revolução me-

donha, que ia surgir essa história que nossos pais contavam que ia chegar um dia que o INCRA ia tomar as terras da gente e o INCRA chegou não pra tomar, é o contrário. [...] teve pessoas aqui que não quis se reconhecer como quilombola, [...] mas graças a Deus, deu tudo certo [...].

Segundo o líder comunitário Bastião, quando os técnicos do INCRA chegaram à Base,

[...] muitos ficaram um pouco assustados, porque não sabiam como ia rolar o processo, mas outros já ficaram ansiosos pra gente receber a terra, pra gente trabalhar pra nós mesmo. [...] foi feito aqui uma reunião pra fazer a demarcação. [...] o pessoal do INCRA mandou a gente fazer uma traço na lousa e desse traço foi gerando a demarcação. O primeiro traço fui eu que fiz, da nossa rua aqui, aí depois foi mais outro, mais outro, até concluir a área de demarcação. As pessoas ficaram com muita ansiedade de receber essa titulação logo, pra gente não ter esse negócio de tá partindo meio a meio com o patrão [...].

Os relatos acima demonstram que a identidade cultural de um grupo social não constitui

uma unidade pronta e acabada; na verdade, representa um processo social em constante construção, em que o trabalho político de conscientização deve ser permanente. Com o fim dos trabalhos do INCRA, o relatório antropológico apontou que Alto Alegre e Base compõem um único território quilombola, pois possuem o mesmo percurso histórico, o qual envolve suas origens e tradições, construídas, historicamente, a partir do entrelaçamento de algumas poucas famílias. Desta forma, não havia a necessidade de ter dois processos de titulação para uma mesma terra quilombola.

Vale lembrar que o conceito de território quilombola não se refere apenas a um espaço físico, mas também a um espaço social, construído a partir dos primeiros habitantes, a uma terra de parentes, onde, mediante uma memória coletiva, as pessoas relembram as origens, histórias e tradições de um grupo social. É nesse território cultural e imaginário que os indivíduos de um determinado grupo, por intermédio do relacionamento entre si e com pessoas de outros grupos, constroem uma identidade cultural. Essas relações sociais contribuem para a formação histórica de uma coletividade social, que tem a terra como o lugar de origem

e espaço vital para a permanência do imaginário coletivo de um grupo étnico-racial.

Em junho de 2015, a presidenta Dilma Rousseff, por meio do Decreto nº 22, autorizou a desapropriação dos imóveis rurais que estivessem dentro do território quilombola de Alto Alegre e Base. Com 498 hectares, o território quilombola sugerido para desapropriação e titulação é menor do que o território histórico do Alto Alegre. Nessa proposta, constam terras que hoje correspondem aos bairros de Alto Alegre, Vila Nova e Alto do Estrela, em Horizonte, e às localidades da Base e Cipó, em Pacajus.

A seguir, pode-se conferir uma representação do que correspondia ao território histórico do Alto Alegre, segundo as memórias de seus moradores, bem como a sugestão do INCRA para desapropriação e titulação de parte daquele território. Vale lembrar que esta proposta foi apresentada às comunidades e aprovada por elas. Observe:

Figura 14 – Representação do território histórico do Alto Alegre, com a indicação do INCRA para desapropriação e titulação



Fonte: Relatório Antropológico do Território Quilombola de Alto Alegre e Base, INCRA, 2008.

3. Cotidiano e práticas culturais quilombolas

3.1. Religiosidade

Os primeiros registros da existência de práticas religiosas de origem africana no Brasil datam do século XVII. Naquela época, existia o “calundu”, cujos praticantes eram conhecidos por terem os “dons” da cura e da adivinhação, devido aos quais eram procurados por pessoas de todos os grupos sociais da Colônia. Com o tempo, essa e outras manifestações religiosas africanas sofreram mudanças ao se mesclarem entre si e, também, com as crenças de portugueses e indígenas.

No Brasil, a interação entre crenças religiosas de diferentes origens gerou, por exemplo, as atuais religiões afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda. O candomblé é baseado no culto aos orixás dos povos africanos iorubás. A umbanda, proveniente dos africanos bantos, foi for-

mada a partir de influências do candomblé baiano, do espiritismo kardecista, do catolicismo e de crenças indígenas. Essas duas manifestações religiosas afro-brasileiras estão presentes em todo o território brasileiro, mas os seus praticantes ainda sofrem com o preconceito de parte da população.

Não é de hoje que os quilombolas buscam reconstruir as tradições culturais africanas em seus territórios. Desde o surgimento dos primeiros quilombos, o interesse pelos valores ancestrais teve o objetivo de atribuir sentido à nova vida longe da África para que, assim, os quilombolas pudessem enfrentar o difícil cotidiano de viver em meio a uma sociedade escravista. As religiões de matriz africana, por exemplo, desempenharam um papel fundamental nesse processo de afirmação das identidades culturais dos povos quilombolas, já que representaram esforços de resistência cultural frente à imposição de outros valores religiosos. Porém, isso não significa que esses povos não tenham, no decorrer do tempo, abraçado outras manifestações religiosas, pois, hoje em dia, é forte a presença católica e evangélica nessas comunidades. Sobre essa diversidade

religiosa no território quilombola, o líder comunitário Cícero Luís fez a seguinte avaliação:

[...] eu acho que hoje tem o respeito aqui entre nós. [...] é candomblé, é evangélico, pra mim não importa, todo mundo é parente. [...] a gente hoje respeita muito a religiosidade. [...] isso é uma coisa importante na comunidade, aqui diz: — ‘sou negro, sou quilombola, mas a minha religião é diferenciada de vocês—’, mas é respeitada a religião de cada um. [...] eu frequento a macumba, eu vou na católica [...]. O respeito é importante [...] e isso nós conseguimos aqui na comunidade quilombola do Alto Alegre.

De acordo com o relato acima, verifica-se a importância do desenvolvimento do sentimento de tolerância em relação à diversidade de religião, para que, assim, seja possível a convivência pacífica entre pessoas que possuem crenças religiosas distintas, ou mesmo com as que não possuem nenhuma. Segundo os relatos, havia vários terreiros de umbanda no território quilombola de Alto Alegre e Base. Na comunidade da Base, existiam os terreiros da Luzia Santana e da

dona Iracema. No Alto do Estrela, tinha o terreiro da Fátima “Preta”. No bairro Alto Alegre, há o único terreiro de umbanda em atividade, o Centro Espírita Zé Pilintra das Almas, que tem como líder Francinele Bento da Silva, de 47 anos, mais conhecida na comunidade como Chiné. Sobre a convivência entre diferentes crenças religiosas na comunidade, Chiné relatou:

[...] nós se respeita, mas o negócio é que alguns ficam criticando a gente, mas ninguém leva isso aí a sério não, porque, pra mim, eles vivem a vida deles e nós vive a nossa [...]. É pra todo mundo se respeitar, [...] que eu não vivo me incomodando com a vida deles, que eu vou também, [...] aqui e acolá, eu gosto dum culto, eu vou pra uma missa, eu vou pra um terço, [...] em todo canto Deus tá.

Figura 15 - Francinele Bento da Silva, 47 anos, líder de um terreiro de umbanda em Alto Alegre



Fonte: Autor, 2019.

Nota-se que, ao contrário do último entrevistado, Chiné descreveu que, apesar de não ser generalizada, há práticas de intolerância religiosa por parte de algumas pessoas da comunidade, notadamente por parte daqueles que se dizem evangélicos.

A primeira igreja evangélica a se instalar em Alto Alegre foi a Congregação Cristã, por volta da década de 1960. A Igreja Batista e a Assembleia de Deus se estabeleceram na comunidade em meados da década de 1980. Os católicos, que antes se deslocavam até uma igreja nas Queimadas, atualmente se congregam na capela de São Benedito, construída em 1997, que se localiza no bairro Alto da Boa Vista.

A festa em homenagem ao santo padroeiro do Alto Alegre ocorre de 27 de setembro a 05 de outubro.

Quanto à comunidade quilombola da Base, dado ser predominante em seu território o catolicismo, ela tem na capela de Nossa Senhora da Saúde, a padroeira local, o centro de sua fé. O terreno para a sua construção foi doado por vô Vicente em 2002. Todos os anos, entre os dias 31 de agosto e 08 de setembro, acontecem as festividades em homenagem à santa.

A presença de diferentes manifestações religiosas no território quilombola de Alto Alegre e Base demonstra o quanto a cultura de um povo pode sofrer mudanças no decorrer do tempo. O fato de alguns moradores manterem a tradição de culto a religiões de matriz africana não faz com que eles sejam mais quilombolas do que aqueles que aderiram ao cristianismo, pois ser católico ou evangélico não significa renegar a identidade quilombola, já que tal identidade não está restrita à filiação religiosa da pessoa. Vale lembrar que aqueles que preservam a tradição dos cultos de matriz africana precisam ser respeitados para que, deste modo, possam praticar livremente os ritos de sua religião. Referente a essa

diversidade de crenças religiosas no território quilombola, o professor Haroldo ressaltou:

A gente vê aqui com respeito, porque essa divergência de religião ela tem um acúmulo de muitos dum lado e poucos de outro, mas os evangélicos eles respeitam as outras, como os outros também respeitam os evangélicos [...]. Eles não gostam, eles professam que a macumba, o candomblé é coisa do diabo, mas eles não saem dizendo besteira por aí não [...]. E todos são parentes, porque o pessoal do Nascimento, que tem o terreiro, é da mesma família do pessoal do tio Cirino, da família Augustim, que tem a igreja Assembleia de Deus, o tio Cirino doou aquela parte ali onde hoje é a igreja. E a Congregação [Igreja Congregação Cristã no Brasil] também foi doado o terreno pelo Amadeu, da família Bento, que também é parente [...]. São as três que cada uma tem um tipo de religião, mas todos são parentes e todos se respeitam, vivem juntos [...]. Eu mesmo passei uma época só na macumba, depois outra época só na igreja católica e vou sempre pra igreja evangélica e minha esposa é evangélica ((risos)).

De acordo com a fala acima, apesar de existirem, em Alto Alegre, diversas crenças religiosas, a maioria das pessoas que residem ali possuem algum grau de parentesco. Isso é mais um ponto a favor do desenvolvimento de práticas de tolerância religiosa, tendo em vista que, pelo fato de ser uma comunidade relativamente pequena, onde todos se conhecem, fica mais fácil uma abertura de canais de diálogo entre pessoas que professam várias formas de religião.

Então, fica claro que não se faz necessário que todos os membros de uma comunidade professem a mesma religião para que ela se reconheça e para que seja reconhecida como quilombola. O que mais define esse tipo de comunidade é a sua identificação com a memória de um passado de exclusão social e com a história de uma vivência coletiva em um território ancestral. Portanto, é isso que deve unir uma comunidade quilombola na luta contínua contra o racismo e pela efetivação dos direitos quilombolas, especialmente no acesso à educação diferenciada e à propriedade da terra em que vive.

3.2. Cura pela fé e pelas ervas medicinais

Os saberes e as práticas populares para a cura de males físicos e espirituais, há muito tempo, estão presentes na história do Brasil. Por meio da oralidade, no decorrer de gerações, indígenas e negros sempre manifestaram diferentes saberes tradicionais ao recorrerem às suas crenças e aos usos de plantas medicinais. Com o tempo, esses conhecimentos populares associaram-se com algumas práticas religiosas católicas, como as rezas para os santos protetores. Esse hibridismo religioso, resultado da troca cultural entre saberes e fazeres indígenas, africanos e europeus, contribuiu, por exemplo, para a formação dos ofícios de rezadeira e benzedeira, tidos hoje como expressões de uma cultura religiosa popular, que une os usos de recursos da natureza à fé.

Desde os tempos do Brasil Colonial (1500-1822), essa medicina popular praticada por elas é bastante procurada, não só por conta do pequeno número de médicos que existia naquela época, mas também pela confiança que a população tinha em suas práticas tradi-

cionais de cura. No entanto, principalmente no século XVIII (1701-1800), a Igreja Católica, por meio do Tribunal do Santo Ofício (Inquisição), reprimiu essa e outras manifestações religiosas populares no Brasil por considerá-las heresias. Os seus praticantes eram acusados de feitiçaria.

Os saberes da medicina científica, durante muito tempo, não estiveram presentes nas comunidades quilombolas rurais, de modo que os serviços de benzedeiras e rezadeiras, no que diz respeito à cura de dores físicas e espirituais, eram de fundamental importância para a saúde das pessoas dessas comunidades. Ainda hoje, essa medicina popular é valorizada pelo fato de apresentar formas de combater diversos males, como dores de cabeça, dores de barriga, quebranto, espinhela caída e outros. Na comunidade quilombola do Alto Alegre, a sra. Maria de Sousa Belmino, de 69 anos, trineta de Cazuzá e mais conhecida como dona Sousa, preserva esses saberes tradicionais de cura. Ela afirmou que aprendeu os conhecimentos sobre as ervas medicinais ao observar as práticas de seu pai, Manoel Raimundo da Silva, o Neco, bisneto de Cazuzá. Dona Sousa falou que

[...] quando ele ia fazer o remédio, eu ficava ali de junto dele, curiando. Aí quando foi um dia, eu me arrumei e disse: — ‘hoje eu vou fazer’ —. Aí eu arrumei os ingrediente, botei no fogo, aí quando cozinhou, tirei do fogo, coei, aí tornei botar no fogo. [...] quando tava pronto, aí chamei papai e disse: — ‘olha aí se tá bom —’, aí ele respondeu: — ‘tá muito bom minha fia —’. [...] eu tinha 11 anos. [...] eu fiz pra tosse, para gripe, pra tudo no mundo [...].

Figura 16 - Maria de Sousa Belmino,
69 anos, trineta de Cazusa



Fonte: Autor, 2019.

Segundo dona Sousa, toda semana, mães da comunidade a procuram para que reze em suas crianças, principalmente por causa de diarreia. Ela disse que primeiro reza para Nossa Senhora e depois receita um remédio feito a partir de plantas medicinais, que são cultivadas no quintal de sua residência. Ela relatou que conseguiu essas plantas nas próprias matas do território quilombola e na feira livre de Pacajus.

Figura 17 – Canteiro de plantas medicinais de dona Sousa



Fonte: Autor, 2019.

Na comunidade da Base, vô Vicente, também mantém essa prática cultural e, sobre isso, disse: “[...] rezo desde que eu cheguei aqui. [...] a reza, a cura é uma coisa muito bem feita, [...] ainda rezo, passa gente

aí e eu ofereço o coração de Maria, o coração de Jesus [...]”.

A partir dos depoimentos acima, constata-se que, mesmo com o avanço da medicina científica, as comunidades quilombolas ainda preservam práticas populares de cura, reunindo conhecimentos de indígenas e africanos acerca dos usos de plantas, bem como práticas de rezas de um catolicismo popular. Com base nas experiências de dona Sousa e de vô Vicente, elaborou-se uma tabela com a relação de algumas plantas medicinais e de seus respectivos usos:

Figura 18 - Plantas medicinais

Nome científico	Nome popular	Utilidade
Aloe vera	Babosa	Hemorroidas
Alpinia zerumbet	Colônia	Dor de cabeça
Althaea officinalis	Malvarisco	Tosse
Bixa orellana	Urucum	Tempero (Colorau) e lambedor
Dysphania ambrosioides	Mastruz	Diversas inflamações
Eucalyptus	Eucalipto	Dor de cabeça
Ocimum basilicum	Manjerição	Dor de ouvido
Plectranthus barbatus	Malva santa	Dor no estômago
Punica granatum	Romã	Tosse, dor na garganta
Peumus boldus	Boldo	Dor de barriga
Ruta graveolens	Arruda	Cólica e quebranto
Scoparia dulcis	Vassourinha	Uso para benzer e lambedor

Fonte: Autor, 2019.

3.3. Parteiras

A atuação das parteiras práticas é tão antiga quanto a humanidade. Mesmo antes da chegada de portugueses e africanos, as parteiras indígenas já exerciam os saberes tradicionais da prática de partejar. Nas comunidades quilombolas, a maioria localizada em zonas rurais, os saberes e as práticas dessas mulheres sempre foram de grande importância, a ponto de muitos acreditarem que elas possuíam poderes mágicos. Um trabalho que tem relações com a religiosidade, as quais se faziam notar nas orações que eram feitas na hora do parto. Na atuação das parteiras, também fazia-se uso de remédios caseiros quando, por exemplo, durante o pós-parto, havia a indicação do banho de assento, feito com água morna adicionada da folha ou da casca da aroeira, que tem propriedade anti-inflamatória.

Dentre as parteiras práticas da comunidade do Alto Alegre, a mais conhecida foi Maria Alves da Silva, a mãe Davel, que faleceu em 2014, aos 85 anos de idade. Ela exerceu o ofício de parteira até o fim dos anos de 1980 e, conforme contam, “pegou

menino” de todas as famílias do lugar. Em entrevista concedida em 2007, mãe Davel disse: “[...] a minha avó [Joana Bento] era parteira. [...] Peguei menino que vinha de fasto, peguei menino que vinha de pé, peguei menino aleijado, [...] nenhum morreu na minha mão, graças a Deus”. Muito religiosa, sempre relatava que era Deus que lhe ajudava nos partos e que, nessa hora, rezava o rosário de Nossa Senhora para deslocar a placenta daquela mulher que estava prestes a fazer o parto.

Figura 19 - Maria Alves da Silva, a mãe Davel



Fonte: ARQUA, 2011.

Na comunidade da Base, a primeira parteira foi Irene Chagas da Silva, de 93 anos, mais conhecida como tia Irene. Além dessa, Maria José da Silva Paula, de 70 anos, a tia Mazé, trineta de Cazusa e filha da tia Irene, e Raimunda Sousa da Silva, de 68 anos, a tia Budá, trineta de Cazusa e nora da tia Irene, também atuaram como parteiras na comunidade. Nota-se que a prática de partejar atravessou diferentes gerações de um mesmo núcleo familiar. Referente aos seus anos de prática, tia Irene narrou:

[...] eu era bem percurada [procurada]. [...] o trabai [trabalho] que eu peguei, eu ainda era uma munher muita nova, quando comecei a pegar menino. [...] os menino, eu ainda contei até perto de 100, os menino que eu peguei. [...] tinha uma reza que a gente fazia pro parto [...], eu pedia a Deus que era pra eu ser feliz nos parto das mulher que eu peguei, pra não acontecer nada com elas, e não aconteceu não. Eu me pegava com Deus e com Nossa Senhora do Bom Parto, aí, graças a Deus, todas ela teve em paz.

Figura 20 - Irene Chagas da Silva, 93 anos



Fonte: Autor, 2020.

Todas essas senhoras ainda estão vivas, porém, atualmente, não mais praticam o ofício de parteira, por conta de suas idades avançadas e, também, devido à introdução da medicina científica nas comunidades. Hoje, mesmo com a presença do saber médico no território quilombola de Alto Alegre e Base, as memórias locais ainda recordam, com muito carinho e gratidão, das parteiras das comunidades, pois, em outros tempos, os seus saberes e as suas práticas foram fundamentais para garantir a perpetuação das gerações de Cazusa.

3.4. Atividades econômicas

As atividades econômicas e as relações sociais de trabalho predominantes nas comunidades quilombolas variam conforme as características de cada território. No decorrer da história, os quilombolas desenvolveram diversas atividades econômicas voltadas, principalmente, para a subsistência, como agricultura, caça, coleta e pesca. No entanto, eles também estabeleceram relações comerciais e de trabalho com grupos sociais que habitavam territórios vizinhos aos seus. Nesse caso, tem-se o exemplo do quilombo dos Palmares, que se localizava na Serra da Barriga, no atual estado de Alagoas. As comunidades que formavam esse quilombo faziam comércio com povos não quilombolas de localidades próximas.

O fim da escravidão, em 1888, infelizmente, não significou o fim das relações abusivas de trabalho no campo. No Brasil, como a maioria das comunidades quilombolas eram e ainda são rurais, não são poucos os relatos de exploração do trabalho de seus habitantes, relatos esses que, em muitas ocasiões, relembram formas de tratamento da época da escravi-

dão, como o trabalho em troca de comida e o sofrimento de violências física e psicológica. Como os processos de consolidação dos direitos dos trabalhadores rurais, os de reconhecimento dos direitos dos povos quilombolas, bem como a primeira lei de combate ao racismo são do fim da década de 1980, está explicada, em parte, a longa permanência de relações de trabalho exploratório no campo, as quais eram associadas a práticas racistas por parte dos empregadores.

Os quilombolas do Alto Alegre e da Base recordam da época em que trabalhavam na agricultura, na pecuária e na fabricação de farinha de mandioca para as famílias vizinhas ao território quilombola. Um período de trabalho duro, em que, muitas vezes, mal se garantia a alimentação diária da família. A respeito disso, Nego do Neco narrou que, no passado, os seus parentes, depois da jornada de trabalho, “[...] iam pra bodega deles lá e traziam aquela coisinha [...], o que eles traziam era aquela trouxinha de compra já pendurado no cabo da enxada, [...] trazia feijão, farinha, rapadura”. Segundo Bastião, presidente da ARQUIBA, “[...] a situação era que o trabalhador saia de casa quatro ou

cinco horas da manhã. [...] era um trabalho pressionado e o único canto que tinha para eles trabalhar era lá. [...] tinha patrão que a perseguição era bem rígida mesmo". Ainda sobre essa época, o líder comunitário Cícero Luís destacou: "[...] minha família todinha foi maltratada, pai, avô, irmão. Meu pai apANHOU na cara, minha mãe foi humilhada em casa de cozinha [...]". Por essas falas, verifica-se que eram tempos difíceis, em que o preconceito étnico-racial contribuía para a desvalorização do trabalho dos moradores do Alto Alegre e da Base.

Nos dias de hoje, alguns poucos ainda se dedicam à agricultura, especialmente os mais idosos, que cultivam, nos quintais de suas residências, produtos, como milho, feijão e mandioca, para o consumo de suas famílias. Porém, em tempos passados, também existiu a relação de trabalho como me-eiro, na qual o produtor, no caso, o quilombola, não proprietário da terra, dividia, meio a meio, com o proprietário da terra, tudo o que era produzido.

Outras atividades econômicas, que já foram muito importantes para a sobrevivência da população local, eram a pesca no riacho

Ereré e a caça de animais que viviam próximo de suas margens. O nome Ereré vem da língua Tupi e significa “marreca”, ave muito comum no Nordeste brasileiro. Segundo os moradores do Alto Alegre e da Base, a presença desse pássaro também é comum na região. A marreca era caçada tanto para servir de alimento para a população local quanto para trocar por farinha de mandioca, com os donos das casas de farinha das Queimadas, a fim, também, de complementar a alimentação.

Figura 21 - Marreca-cabocla



Fonte: Reprodução/Wikipedia, 2019.

Sobre a importância do riacho Ereré para a sobrevivência das comunidades, Nego do Neco contou que

[...] o rio Ereré, que o canal acabou a metade, era a nossa riqueza, não faltava peixe, [...] mas infelizmente o governo passou por dentro, [...] em algumas partes ele acabou [...], construiu em cima. [...] era uma riqueza nossa, [...] das duas comunidades: Base e Alto Alegre, [...] não faltava pesca.

O líder comunitário Bastião também pensa assim, pois disse que

[...] a gente tinha onde pegar um peixe nas pedras, que era o cará preto, pegava também muçum e tinha a caça, como preá, teju e passarim [...]. A pesca não era só no inverno, no verão ficava aqueles poço d'água e ficava tudo cheio de peixe. O impacto negativo é que com a construção do canal acabou o peixe, o peixe não subia mais lá do açude Ereré e ficou muito pouco do que servia também como polo de lazer pra nós. A água não mais tem pra onde correr direito [...].

O Canal do Trabalhador, com 113 km de extensão, é uma obra que foi realizada, na década de 1990, pelo Governo do Estado do Ceará, com o objetivo de garantir o abastecimento de água, vinda direto do rio Jaguaribe, para a Região Metropolitana de Fortaleza. Pelas falas acima, percebe-se que essa obra causou impactos ambientais que prejudicaram as comunidades do Alto Alegre e da Base, pois o uso de parte do leito do riacho Ereré prejudicou o seu fluxo normal, o que inviabilizou, por exemplo, a pesca. Além disso, boa parte de sua mata ciliar encontra-se degradada, o que contribui para o seu assoreamento. Outro impacto significativo ocorreu, especificamente, na comunidade do Alto Alegre, uma vez que o canal, praticamente, passou no meio dela, o que diminuiu ainda mais um território que já era pequeno, além de ter obrigado várias famílias a se mudarem para outros lugares, como o bairro do Alto da Boa Vista.

Figura 22 - Trecho do Canal do Trabalhador que passa dentro da comunidade do Alto Alegre



Fonte: Autor, 2020.

Devido à industrialização das cidades de Horizonte e Pacajus, hoje uma parcela relevante da população do território quilombola trabalha nas indústrias locais, principalmente na Vulcabras Azaleia, empresa do ramo calçadista, que está instalada, desde a década de 1990, no município de Horizonte. O professor Haroldo afirmou que “[...] até surgir a mãe Vulcabras, ninguém trabalhava em outro canto, a não ser nas Queimadas”. Essa industrialização é o principal fator responsável pelo processo de urbanização pelo qual o território quilombola de Alto Alegre e Base passa atualmente, principalmente a parte situada no município de Horizonte.

3.5. Educação escolar

A educação formal nas comunidades quilombolas do Alto Alegre e da Base tem um histórico de dificuldades, mas também de conquistas. Inicialmente, até o início da década de 1980, não havia escolas em Alto Alegre. Por isso, quase toda a população era analfabeta. As primeiras experiências educacionais ocorreram por meio de atitudes pioneiras e corajosas de algumas pessoas da comunidade. Segundo relatos, em meados da década de 1970, com a finalidade de se alfabetizar as crianças, improvisou-se uma escola na residência de Manoel Raimundo da Silva (Neco), bisneto de Cazuza. Conforme o seu filho, o líder comunitário Nego do Neco, essa escola era na

[...] casa do meu pai e da irmã dele, a tia Maria Caboclo. [...] a professora era a Marinete, minha prima, depois foi a Fátima Alexandre. [...] era debaixo do cajueiro, do meio por fim foi numa latadazinha, do meio por fim nós conseguimos um salão, uma sala só emendada com a casa, [...] mas era na latadazinha de palha [...] e tem uma coisa, a merenda era rapadura com farinha [...].

Na época, a escola municipal mais próxima ficava nas Queimadas, e, para estudar, as crianças do Alto Alegre e da Base tinham que caminhar, aproximadamente, quatro quilômetros para chegar até a escola. O professor Haroldo relatou que, na época, morava na Base e que todo o trajeto, até a escola, era feito “[...] a pé, isso quando o córrego dava passagem no inverno, [...] cortando os terrenos da Base pra as Queimadas, tinha muita vereda por dentro [...]”. O líder comunitário Bastião, que reside na Base, também confirmou essas dificuldades para estudar, quando afirmou que “[...] fizesse sol, se chovesse ou o córrego tivesse cheio, não importava, a gente tinha que ir lá pras Queimadas e depois foi pra o Alto Alegre. Quando começou aqui na Base, aí começou debaixo dum cajueiro, depois numa casinha de taipa [...]”.

No entanto, andar uma distância razoável até a escola não era o maior dos problemas frente a outros que se apresentavam. Para uns, havia o cansaço, já que tinham que conciliar o trabalho com os estudos. Sobre isso, Cícero Luís, presidente da ARQUA, falou: “[...] eu cansei de sair daqui pra trabalhar com meu pai nas Queimadas, com dez

anos de idade, puxar boi e almoçava por lá mesmo, só era pegar a calça, virava as avesso e ir pro colégio. Não tinha outra calça [...]”. Dentre tantos obstáculos que as crianças do Alto Alegre e da Base enfrentavam para estudar, ainda existia o preconceito que sofriam por conta de sua ascendência étnico-racial. Referente a isso, Cícero Luís mencionou:

[...] na realidade, o meu sonho era estudar, mas na escola que eu estudava, o negro não sentava na frente não, nós, filho de empregado, nós era os últimos a sentar nas cadeiras. Nós tinha acesso, mas sentar na frente não. A gente sofria discriminação [...]. A gente estudava, porque tinha força de vontade de querer ser alguém na vida. [...] não tinha um sapato bom, não tinha uma chinela boa. [...] os cara olhava pros pés da gente, a gente escondia debaixo das cadeiras pra ninguém ver [...]. — ‘Negro tem que aprender três coisas: limpar de enxada, pegar no cultivador e saber arrancar toco. Essa é a leitura do negro, dos filhos de vocês’ —. Isso, eu cansei de ouvir com 10, 12 anos de idade [...].

Em 1983, a Igreja Batista instalou-se no Alto Alegre. Dentre alguns serviços prestados

à comunidade, esta instituição religiosa, ao receber a doação de um terreno por parte da comunidade, promoveu a fundação de uma escola para atender as crianças do lugar. O trabalho da professora Maria José Alves da Silva nessa escola ainda é muito lembrado pelas pessoas da comunidade. A criação da escola contribuiu para acabar com as andanças que as crianças tinham que fazer até as Queimadas. A referida escola funcionou até 1996, pois, nesse ano, o governo municipal de Horizonte inaugurou a Escola Olímpio Nogueira Lopes, que passou a atender as crianças do Alto Alegre.

Na comunidade quilombola da Base, em 1992, o governo municipal de Pacajus criou a Escola Raimundo Agostinho da Silva. Seu nome foi uma homenagem ao neto de Cazuzá e pai do vô Vicente, que tinha doado o terreno para a sua construção. Hoje, no lugar dessa escola, funciona o Centro Cultural Tio Zezé, cuja denominação trata-se de uma homenagem a esse irmão de vô Vicente, irmão esse que foi o pioneiro no povoamento da Base. No entanto, antes da existência da referida escola, as pessoas enfrentavam muitas dificuldades para estudar na própria comunidade. Os

primeiros professores a atuarem na Base, na denominada Escola Isolada Santa Inês, foram Francisco Haroldo da Silva e Maria Liduína da Silva. Referente a essa experiência, o professor Haroldo contou que “[...] a mãe Dadá ofereceu uma casinha de taipa, que tinha no fundo de seu quintal, e fomos pra lá. Como o espaço era pequeno, um ficava dentro e o outro fora. Eu sempre ficava do lado de fora, debaixo do cajueiro, quando chovia tinha que ficar os dois dentro da casinha [...]”.

A atual Escola Municipal Quilombola Neli Gama Nogueira foi fundada em 2008. A criação dessa instituição foi uma consequência positiva do reconhecimento da Base como comunidade quilombola, já que o Governo Federal, por meio do Programa Brasil Quilombola (2004), passou a estimular a construção de escolas em territórios quilombolas com a finalidade de combater a exclusão escolar presente na maior parte dessas comunidades. Além disso, a aprovação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e a criação da modalidade de Educação Escolar Quilombola (2012) representaram marcos de conquistas do movimento social negro em favor de uma educação inclusiva. Isso configura uma vitória

na luta contra as marcas deixadas pela escravização dos africanos no Brasil, que ainda se fazem presentes, principalmente por meio da discriminação étnico-racial e da consequente desvalorização dos saberes afro-brasileiros.

Figura 23 – Pátio da Escola Municipal Quilombola Neli Gama Nogueira



Fonte: Acervo da Escola Municipal Quilombola Neli Gama Nogueira, 2020.

Atualmente, o território quilombola de Alto Alegre e Base possui cinco escolas quilombolas: EMEF Fernando Augusto, CEI Maria José Alves da Silva, EMEF Olímpio Nogueira Lopes, EMEF Maria Teodora Evangelista Costa e EMEF Neli Gama Nogueira. Quanto à democratização do acesso à educação pública, notadamente para as crianças e para os jovens de comunidades quilombolas, Cícero Luís, presidente da ARQUA, avaliou que, em Alto Alegre, a educação

[...] deu um pulo extraordinário. [...] eu consigo ver filho de quilombola formado como advogado, filho de agricultor formado como médico, como engenheiro agrônomo, mas porque nós tivemos um governo que olhou pros quilombolas. [...] o Lula não pagou a dívida que o Brasil deve pro negro, ele apenas abriu um 0,01% de chance de pelo menos corrigir a injustiça que fizeram com a gente no passado, foi pago um pouco da injustiça [...]. Hoje, eu tenho o prazer de dizer que terminei o meu ensino fundamental com 45 anos de idade. [...] eu não tive a oportunidade que outro quilombola tem, hoje nós temos quilombola na UNILAB, a briga foi nossa, hoje nós temos negro sentado na frente e não lá atrás.

Figura 24 - Escola Municipal Quilombola Olímpio Nogueira Lopes (área externa)



Fonte: Autor, 2019.

Bastião, presidente da ARQUIBA, também fez a seguinte avaliação em relação à melhoria da educação na comunidade da Base:

[...] quando construiu o primeiro colégio foi que veio melhorar um pouco. E depois do reconhecimento como comunidade quilombola também deu uma melhorada bastante, porque tivemos mais acesso às coisas, tivemos mais prioridade. [...] o município sempre nos apoia [...] o meu acesso com a educação aqui, eu tenho muito acesso a eles, quando tem uma formação de educação quilombola, eu já entro em contato com o colégio e a diretora já providencia o pessoal, os professores vão pra essas formações, então, nesse ponto, eu quero dizer que melhorou bastante. [...] melhorou também o acesso dos alunos da comunidade pro centro do município, que tem um transporte e de primeiro não tinha [...].

Observa-se que, apesar das dificuldades, muitas conquistas ocorreram, e o estudo da história daqueles que foram excluídos dos materiais didáticos, ou que foram lembrados unicamente por seus sofrimentos como seres humanos escravizados, representa a reparação de uma dívida histórica. Porém, as falas acima apenas simbolizam o início do pagamento

dessa dívida para com os afro-brasileiros. Em razão disso, apesar de ter ocorrido o aumento do acesso das populações quilombolas à educação pública, com estímulos para o debate em relação à discriminação étnico-racial e para o estudo das histórias e culturas quilombolas, as representações e práticas do racismo estrutural ainda estão muito presentes na sociedade brasileira, até mesmo dentro das escolas, onde, muitas vezes, se manifestam silenciosamente, nos gestos mais sutis possíveis. É por esse motivo que a luta contra a discriminação precisa ser um movimento constante em favor de uma sociedade que reconheça e respeite a pluralidade étnico-racial brasileira.

3.6. Capoeira e maculelê

A capoeira é uma das principais práticas culturais afro-brasileiras. Identificada como esporte, ela é um jogo-luta ritmado por movimentos e por músicas cantadas no ritmo do berimbau, o que a faz parecer com uma dança. Ela é procedente da Angola, de onde africanos, que foram traficados para o Brasil, acabaram trazendo suas práticas culturais ancestrais. Para uns, a capoeira brasileira teria influências do n'golo angolano, a "dança da zebra", que consistia numa espécie de luta, em que um lutador vencia o seu oponente quando lhe acertava um chute no rosto. N'golo significa "zebra", já que o seu golpe lembrava o coice desse animal.

Há, também, quem aponte influências indígenas na capoeira, a começar pelo próprio vocábulo, que é originário da língua tupi e que significa "mato ralo". Durante a época da escravidão de africanos no Brasil, possivelmente, houve trocas de saberes e de práticas culturais entre indígenas e negros, em que estes assimilaram características de alguns jogos de brincadeira ou de luta indígenas.

No Brasil, a capoeira foi desenvolvida nos quilombos e em cidades portuárias que recebiam grandes quantidades de africanos escravizados, como Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Dessa forma, a capoeira passou a representar um conjunto de táticas de resistência contra a escravidão.

Praticada por negros de diferentes etnias africanas, a capoeira não era proibida. No entanto, as elites se sentiam ameaçadas pela presença marcante dos capoeiristas nas ruas. Por isso, era comum o uso da polícia na repressão aos seus praticantes. E, mesmo após o fim da escravidão (1888), a capoeira continuou sendo discriminada, e sua prática foi considerada criminosa pelo Código Penal de 1890, o qual a definiu como crime de capoeiragem. Naquela época, como punição, capoeiristas chegaram a ser deportados para o arquipélago de Fernando de Noronha (PE).

Nas décadas de 1930 e 1940, depois de muita resistência de seus praticantes, que tinham as lideranças dos mestres Bimba e Pastinha, a capoeira deixou de ser considerada uma atividade criminosa e passou a ser reconhecida como modalidade esportiva. Em 2008, a Roda de Capoeira foi reconhecida pelo Instituto

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Patrimônio Cultural Brasileiro e foi registrada como Bem Cultural de Natureza Imaterial. E, em 2014, a Roda de Capoeira foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

O maculelê é uma manifestação cultural afro-indígena, que é luta e dança ao mesmo tempo, na qual se utilizam bastões (grimas), tudo ritmado pelos sons dos atabaques. É uma expressão cultural que relembra a lenda de um jovem guerreiro, indígena ou africano, que, sozinho, conseguiu defender a sua tribo do ataque de uma tribo rival, com o uso de apenas dois pedaços de pau, fato que o tornou um herói. Os relatos indicam que o maculelê começou a ser praticado a partir do século XVIII, em Santo Amaro da Purificação, na Bahia.

As comunidades do Alto Alegre e da Base, desde os seus respectivos reconhecimentos

como quilombolas, passaram a estimular crianças e jovens a praticarem a capoeira e o maculelê. Em Alto Alegre, as aulas são oferecidas no Centro Cultural Negro Cazuzza. O professor Haroldo mencionou que o “[...] quiosque aí do Centro Cultural ficava lotado. [...] a capoeira foi um despertar para as crianças e para os adolescentes, porque eles já estavam ingressando pra outros rumos, que não estava dando certo, e a capoeira resgatou esses meninos [...]”.

Figura 25 - Grupo de maculelê da comunidade quilombola do Alto Alegre



Fonte: ARQUA, 2015.

Na comunidade da Base, as aulas ocorrem no Centro Cultural Tio Zezé. Uma praticante do grupo Arte Quilombola, de 14 anos, narrou que, para ela, a capoeira “[...] é uma arte, uma

dança, uma forma de expressar, de se divertir [...]. Capoeira pra mim é tudo. Você ensina pros amigos, [...] tá mostrando a nossa cultura, que nós temos aqui dentro da comunidade [...]”.

Figura 26 – Grupo Arte Quilombola



Fonte: Escola Municipal Quilombola Neli Gama Nogueira, 2019.

Outra praticante do grupo, a jovem Érica Vitória da Silva, de 18 anos, contou que a capoeira e o maculelê [...] não é só diversão, quando a gente vê que tem uma pessoa com problema, a gente para pra conversar com essa pessoa, assim, um ajudando o outro. Os outros grupos convidam a gente pra ir prá lá, a gente aprende e ensina. Você pode estar passando pelo que for, mas quando chega na capoeira, você esquece de tudo que estava passando, é muito show [...].

Figura 27 - Érica Vitória da Silva, 18 anos, praticante de um grupo de capoeira e maculelê



Fonte: Autor, 2019.

Pelos relatos acima, observa-se que as práticas da capoeira e do maculelê possuem significados culturais e sociais. Como práticas culturais, essas expressões contribuem para a criação de uma tradição nas comunidades, que serve como estratégia de afirmação étnico-racial. Desse modo, a capoeira e o maculelê favorecem o processo de construção identitária, por meio da busca pelas origens africanas e, até mesmo, indígenas, das comunidades quilombolas do Alto Alegre e da Base. Além disso, essas práticas estimulam o desenvolvimento do sentimento de sociabilidade entre os jovens, por meio da pregação de valores, como solidariedade, coletividade e igualdade entre os praticantes.

3.7. Artesanato

Em Alto Alegre, existem as chamadas “Bonequeiras do quilombo do Alto Alegre”. São mulheres, em sua maioria donas de casa, que desenvolvem uma arte de fazer, que, além de garantir um reforço na renda familiar, gera uma autoestima, não só pessoal, mas para a comunidade como um todo, uma vez que a prática da confecção de bonecas, que exaltam a beleza da mulher negra, valoriza a identidade étnico-racial dos quilombolas. Sobre isso, a artesã Francisca Aldeniza da Silva, de 45 anos, mais conhecida como Tica do Haroldo, expressou: “[...] eu me sinto muito bem em fazer bonecas, [...] quando eu termino de fazer uma boneca, se eu pudesse ninguém levava, [...] isso valoriza a gente”.

Figura 28 - Francisca Aldeniza da Silva, 45 anos



Fonte: Autor, 2019.

Inicialmente, o trabalho de confecção dessas bonecas era todo feito manualmente, mas, hoje, uma parte dele ocorre em máquinas de costura. As matérias-primas utilizadas são: tecidos, linhas, cordões de algodão, fios de náilon, fios de lã, botões, tintas e outros. As artesãs já participaram de feiras locais e regionais de artesanato e, frequentemente, recebem encomendas de pessoas e instituições de diferentes cidades do estado.

Figura 29 - Bonecas negras do Alto Alegre



Fonte: Autor 2019.

Na comunidade da Base, existe o coletivo “Mulheres empoderadas do quilombo – artesãs da Base”, que também é um projeto de confecção de bonecas negras, o qual ocorre nas dependências do Centro Cultural tio Zezé. Porém, as matérias-primas usadas são diferentes daquelas utilizadas pelas bonequeiras do Alto Alegre. Para confeccionar suas bonecas, as artesãs da Base usam jornal reciclado, fita adesiva, cola branca e tinta. Além disso, todo o trabalho é realizado manualmente.

Figura 30 – Artesãs da Base



Fonte: Autor, 2019.

O instrutor das artesãs, o agente cultural Francisco Edinaldo da Silva Alves, de 37 anos, tataraneto de Cazusa e mais conhecido como Naldo, explicou que esse projeto, “[...] além de ser um trabalho terapêutico [...], automaticamente faz elas se reconhecerem na sua verdadeira identidade, a sua etnia [...]”.

Figura 31 - Bonecas negras da Base



Fonte: Autor, 2019.

Figura 32 - Francisco Edinaldo da Silva Alves, 37 anos,
tataraneto de Cazuzu



Fonte: Autor, 2019.

Em Alto Alegre, há, também, um grupo de artesãs chamado “Bordando Resistência – Bordadeiras de Alto Alegre”, em que se desenvolve uma arte de fazer bordados à mão. Em 2019, o grupo inaugurou um ateliê para expor e vender seus produtos. A existência desse grupo de artesãs representa uma atitude coletiva de empoderamento e de busca de autonomia por parte das mulheres participantes. Uma delas falou que “[...] esse grupo de bordadeiras levantou autoestima de muitas mulheres, [...] hoje as mulheres que participam a gente vê nelas, um outro semblante, um outro olhar, elas têm mais energia, mais força [...]”. Para a confecção dos bordados, elas utilizam, como matéria-prima, linha, tecido, agulha e bastidor.

Os bordados procuram exaltar temáticas ligadas à identidade étnico-racial dos quilombolas do Alto Alegre e da Base. Como forma de expressar a ancestralidade negra dessas comunidades, em 2019, o grupo lançou a exposição “Porque Cazuzá resistiu, resistiremos também”. Essa iniciativa consistiu em 12 quadros bordados à mão, nos quais foram retratados acontecimentos que, há muito tempo, já fazem parte da memória histórica do povo

do Alto Alegre e da Base, como os que abordam episódios da saga do Negro Cazuzza, o ancestral-fundador do Alto Alegre. Cenas do cotidiano das comunidades quilombolas também foram expostas nos bordados.

Figura 33 - Quadro da exposição: "Porque Cazuzza resistiu, resistiremos também"



Fonte: Coletivo Bordando Resistência – Bordadeiras de Alto Alegre, 2019.

Com base nos trabalhos e nos depoimentos das artesãs, identifica-se que a arte que praticam é influenciada pelas tradições culturais locais. Por isso, pode-se afirmar que os ofícios das bordadeiras e das bonequeiras constituem um patrimônio cultural do território quilombola, pois representam modos de saber-fazer que têm relações com a história e a identidade das pessoas do território quilombola de Alto Alegre e Base.

3.8. Bandas de percussão

Diversas manifestações artístico-culturais brasileiras, como determinadas danças, ritmos musicais e festas populares, têm influências africanas. Alguns instrumentos musicais, como tambor, berimbau, reco-reco e agogô, são originários da África. Nas festas de maracatu, congada, samba, frevo, axé e boi-bumbá, além dos instrumentos musicais, muitas palavras presentes em seus cantos e muitos passos de suas danças são de origem africana. Vale ressaltar que essas manifestações culturais também apresentam influências indígenas e portuguesas.

O Brasil tem vários grupos de percussão que produzem ritmos e utilizam instrumentos musicais de origem africana, principalmente o tambor. Da Bahia, são muito conhecidos os grupos Timbalada, Olodum e Filhos de Gandhi. Compostos, em sua maioria, por negros, esses grupos fazem um trabalho, junto à juventude de comunidades pobres, no qual utilizam a música como ferramenta contra o racismo e pela afirmação étnico-racial e pela inclusão social.

Nas comunidades quilombolas do Alto Alegre e da Base, ocorrem cursos de instrumentos musicais de percussão, nos quais os jovens aprendem a tocar alfaia (tipo de tambor), arrepique e agogô. A partir disso, formam-se grupos de percussão. Em Alto Alegre, quando está em atividade, o grupo é chamado de Afro Alegre, e, na Base, é a Afrobanda, que atualmente se encontra em atividade. As aulas acontecem nos centros culturais dessas comunidades.

Figura 34 – Afro Alegre na gravação de um videoclipe



Fonte: ARQUA, 2015.

Na Base, o instrutor da Afrobanda é o agente cultural Francisco Edinaldo da Silva Alves, de 37 anos, mais conhecido como Naldo. Ele explicou que:

[...] o objetivo da Afrobanda é regenerar e envolver também os jovens na nossa história, pra que descubram a sua verdadeira identidade. É um trabalho que a gente tem desde 2005 pra cá [...]. Eu comecei como aluno na Afro Alegre, porque foi lá que eu passei um ano aprendendo [...]. A gente não pode perder as nossas raízes [...]. A gente trabalha ritmos africanos que têm a ver com a nossa história, com a nossa origem e através desses ritmos que a gente vai trabalhar a mente dos jovens e fazer eles entenderem [...] da onde eles são [...].

Figura 35 - Apresentação da Afrobanda no Pré-Carnaval de Pacajus



Fonte: ARQUIBA, 2014.

A Afrobanda não se apresenta apenas em sua comunidade, já que é requisitada para tocar em vários bairros do município de Pacajus, especialmente no desfile cívico de 07 de setembro e na Semana da Consciência Negra. Um percussionista da banda disse que o projeto “[...] representa muito, porque é uma cultura e não pode deixar morrer. [...] eu já comecei nisso desde pequeno, minha família também, nós estamos dando continuidade, [...] representa a cultura negra [...]”.

Os relatos acima demonstram que as bandas de percussão, tal como a capoeira, o maculelê e o artesanato, representam práticas culturais que buscam valorizar as origens históricas e identitárias do território quilombola de Alto Alegre e Base por meio da busca por uma relação de continuidade com o passado dessas comunidades.

3.9. Desfile para a escolha da mais bela negra

No território quilombola de Alto Alegre e Base, durante as comemorações da Semana da Consciência Negra, que ocorre em novembro, um dos momentos mais aguardados é o desfile para a escolha da mais bela negra. Esse evento acontece, tanto em Alto Alegre quanto na Base, desde que essas comunidades obtiveram os seus reconhecimentos, como comunidades quilombolas, respectivamente, em 2005 e 2006. O desfile, realizado a partir de parcerias entre as associações quilombolas locais e os poderes públicos municipais, consiste na escolha de uma jovem que melhor represente a beleza da mulher negra. A escolhida passa a representar a sua comunidade em eventos locais e regionais durante o período de um ano.

Figura 36 – A mais bela negra do Alto Alegre



Fonte: Autor, 2019.

Figura 37 – A mais bela negra da Base



Fonte: Escola Municipal Quilombola Neli Gama Nogueira, 2019.

Esse evento simboliza a exaltação da beleza da mulher negra, com seu corpo negro e seu cabelo cacheado, esteja este solto, trançado ou adornado com fios de lã. Esse desfile é uma prática cultural que representa o empoderamento da mulher negra e a manifestação de orgulho quanto à sua origem étnico-racial. É um ato de resistência cultural contra os estereótipos de padrões ideais de beleza, como a pele de cor branca e os cabelos loiros e lisos. O professor Haroldo mencionou que as jovens

[...] esperam com ansiedade, [...] também faz com que as meninas se mostrem mesmo, porque há tempos atrás ninguém queria ser visto, ninguém tinha coragem de bater uma foto, ninguém queria entrar numa festa bem aqui na própria escola, as meninas não queriam, porque era negra, era preta. [...] depois da festa da Miss Negra, surgiu aquele despertar nas jovens, nas crianças também [...]. Elas se orgulham, se produzem mesmo e fica uma coisa muito bonita.

Sobre esse sentimento de orgulho com relação à beleza negra, a atual mais bela negra do Alto Alegre contou que “[...] ganhar foi uma sensação muita boa, [...] me dá um orgulho, porque eu tô representando a minha comu-

nidade do quilombo [...]”. A jovem Érica Vitória da Silva, escolhida como a mais bela negra da Base em 2018, igualmente manifestou esse sentimento, quando disse que

[...] é motivo de muito orgulho, porque aqui tudo é negro, [...] pra representar a beleza da mulher negra [...]. Eu antes, eu não me achava bonita, eu sofria preconceito na escola por causa do cabelo, o jeito que eu usava o meu cabelo, depois que eu ganhei, mudou [...], não ligo mais para o que as pessoas falam [...]. Todo canto agora as pessoas perguntam: — ‘quem faz esse teu cabelo? Me dá o teu contato— [...]’.

Desse modo, pode-se afirmar que o concurso para a escolha das mais belas negras das comunidades quilombolas do Alto Alegre e da Base, ao proporcionar o desenvolvimento de um sentimento de autoafirmação identitária, contribui para elevar a autoestima de crianças e de jovens quilombolas, o que faz com que tenham mais altivez caso precisem se posicionar diante de atitudes racistas que porventura venham a sofrer, as quais ocorrem, muitas vezes, dentro do próprio ambiente escolar.

FONTES

1. Documentos

1.1. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA):

URSINI, Leslye Bombonato e CLEMENTE, Marta Magalhães. **Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação do Território dos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos de Alto Alegre, Adjacências e Base, municípios de Pacajus e de Horizonte, Ceará.** INCRA-Sede, Brasília: maio, 2008.

1.2. Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências (ARQUA):

Livro de Atas (período: 2005 a 2019).

Estatuto Social.

1.3. Associação dos Remanescentes do Quilombo da Base (ARQUIBA):

Livro de Atas (período: 2005 a 2019).

Estatuto Social.

2. Sites

www.palmares.gov.br/?page_id=52126. Acesso em: 05 out. 2019.

<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/161x.htm>. Acesso em: 25 out. 2019.
https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/08/dados_Quilombola_jul_16.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/05/22/apenas-5--da-populacao-no-ceara-se-reconhece-como-negra--aponta-pnad.html>. Acesso em: 20 out. 2019.
<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/02/mapas_municipais_2019.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

<https://www.google.com.br/maps/place/Centro+Cultural+Negro+Cazuza/@-4.1366247,-38.499118,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x7b8b0903d0e49b5:0x2690b05d21c8889d!8m2!3d-4.1366247!4d-38.4969293>. Acesso em: 20 out. 2019.

<https://www.google.com.br/maps/search/base+pacajus+arquiba/@-4.1470609,-38.5048601,869m/data=!3m1!1e3>. Acesso em: 20 out. 2019.

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/DossieCapeiraWeb.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

3. Entrevistados

1. **Manoel Vicente da Silva**, de 94 anos, mais conhecido como vô Vicente, é bisneto de Cazusa e morador mais idoso do território quilombola de Alto Alegre e Base.

2. **Maria de Sousa Belmino**, de 69 anos, mais conhecida como dona Sousa, é trineta de Cazusa e exerce práticas tradicionais de cura em Alto Alegre.

3. **Francisco Haroldo da Silva**, de 56 anos, é professor aposentado da rede pública municipal de Horizonte e membro da diretoria da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências (ARQUA). O professor Haroldo foi a primeira pessoa da comunidade a obter diploma de nível superior.

4. **Francisco Manoel da Silva**, de 53 anos, mais conhecido como Nego do Neco, é trineto de Cazusa e membro da diretoria da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências (ARQUA).

5. **Cícero Luís da Silva**, de 49 anos, é presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências (ARQUA).

6. **Francisca Edileuda da Silva**, de 41 anos, mais conhecida como Leuda, é tataraneta de Cazusa e atua como professora da rede pública municipal de Horizonte e já fez parte da diretoria da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências (ARQUA).

7. **Francisca Aldeniza da Silva**, de 45 anos, mais conhecida como Tica do Haroldo, é artesã do grupo de bonequeiras do Alto Alegre.

8. **Francisco Edinaldo da Silva Alves**, de 37 anos, mais conhecido como Naldo, é tataraneto de Cazusa e exerce a função de instrutor da Afrobanda e das artesãs de bonecas negras da Base.

9. **Francinele Bento da Silva**, de 47 anos, mais conhecida como Chiné, é líder do terreiro de umbanda Centro Espírita Zé Pilintra das Almas.

10. **Érica Vitória da Silva**, de 18 anos, foi eleita a mais bela negra da Base em 2018 e é integrante de um grupo de capoeira e maculelê.

11. **Sebastião Francisco da Silva**, de 44 anos, mais conhecido como Bastião, é tataraneto de Cazusa e presidente da Associação dos Remanescentes do Quilombo da Base (ARQUIBA).

12. **Irene Chagas da Silva**, de 93 anos, mais conhecida como tia Irene, é a moradora mais idosa da Base e, durante muito tempo, foi parteira na comunidade. Ela e seu marido falecido, José Raimundo da Silva, o tio Zezé, bisneto de Cazusa, foram os primeiros habitantes da Base.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias**. In: Quilombos – Identidade étnica e territorialidade. Eliane Cantarino O’Dwyer (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV e ABA, 2002.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALMEIDA, Plínio de. **Pequena História do maculelê**. [S.l.: s.n.]

BÂ, Amadou Hampâté. **Amkoullel, o menino fula**. Tradução: Xina Smith Vasconcellos. São Paulo: Casa das Áfricas/Palas Athena. São Paulo, 2003.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço de branco**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: LASK, Tomke (org.). O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 14. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/>

CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

_____. Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: novembro, 2003. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis09.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

_____. Decreto de 22 de junho de 2015 (Publicado no DOU de 23.6.2015) - Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Alto Alegre e Adjacência - Base, localizado nos Municípios de Horizonte e Pacajus, Estado do Ceará. Brasília: junho, 2015. Disponível em: https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Dsn/Dsn14204.htm. Acesso em: 05 out. 2019.

_____. Lei nº 10.639 - Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília: janeiro, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 20 ago. 2019.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: junho, 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.** Parecer CNE/CEB Nº. 16/2012. Brasília: novembro, 2012. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

CANCLINI, N. **As culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Edusp, 2003.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade.** Tradução Letícia Ferreira – 1ª ed., 4ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2018.

FERREIRA, Antônio Jeovane da Silva. **Identidade quilombola e territorialidade na comunidade de Alto Alegre/Ce: uma reflexão etnográfica sobre os processos de reconhecimento identitário e territorial na década de 2005-2015.** 2017. 139 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção-CE, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/>

bitstream/123456789/1388/1/2017_mono_ajsferreira.pdf. Acesso em: 15 nov. 2019.

FERRETI, S. **Sincretismo e hibridismo na cultura popular**. Revista POS Ciências Sociais, São Luís, MA, v. 11, n. 21, p. 15-34, 2014. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/2867>. Acesso em: 20 set. 2019.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Negros no Ceará**. In: SOUZA, Simone de (Org.). Uma nova história do Ceará. 4. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **Pacajus: De aldeia a cidade**. Fortaleza: S.E, 1990.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. **Terra de mulheres: identidade e gênero em um bairro rural negro**. In: Revista História, São Paulo, n. 129-131, p. 81-100, ago-dez/93 a ago.-dez./94. Disponível em: <file:///C:/Users/Guilherme%20Rangel/Downloads/18721-Texto%20do%20artigo-22252-1-10-20120523.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HAERTER, Leandro. **Uma etnografia na comunidade negra rural Cerro das Velhas: memória coletiva, ancestralidade escrava e território como elementos de sua auto-identificação quilombola**. 2010. 145f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2014/06/leandro-haerter.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. (Org. Liv SOVIK) (1ª impressão revista) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 1992.

HOBSBAWM, Eric. **“Introdução”** In: HOBSBAWM, Eric. RANGER, TERENCE. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. In: *Etnográfica*, v. IV, n. 2, 2000, p. 333-354. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/03D00194.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

LUSSAC, Ricardo Martins Porto. **Especulações acerca das possíveis origens indígenas da capoeira e sobre as contribuições desta matriz cultural no desenvolvimento do jogo-luta**. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 29, p. 267-278, 2015. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/>

MACEDO, JR., org. Desvendando a história da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MOURA, Clóvis. Rebeliões na senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1981.

_____. A história do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1994. Caderno de textos e debates do NUER nº 7. Florianópolis: NUER/UFSC, 2000.

MUTTI, Maria: Maculelê, Santo Amaro da Purificação, 1968.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Organizadora. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 15 ago. 2019.

PRIORE, M. L. M. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: Priore, M. L. M. (Org.). História das mulheres no Brasil. 1ed. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. Revista USP, (28), 14-39. São Paulo,

1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28362/30220>. Acesso em: 10 jun. 2019.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica - Teoria da história I: fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.

SANTOS, Marlene Pereira dos. Incursões na história e memória da comunidade de quilombo de Alto Alegre – município de Horizonte – CE. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7391/1/2012-DIS-MPSANTOS.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SILVA, Giselda Shyrley da. Benzedores e raizeiros. Saberes partilhados na Comunidade remanescente de quilombo de Santana da Caatinga - 1940-2011. Revista Mosaico, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 33-48, 2010. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/1827>. Acesso em: 20 ago. 2019.

VAINFAS, R. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia a brasileira. Tempo 8, Niterói, RJ, n. 3, p. 1-12, ago. 1999. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-1.pdf. Acesso em: 21 jul. 2019.

VIEIRA, Jofre Teófilo. Os “Samangolês”: africanos livres no Ceará (1835-1865). 2017. 319f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa

de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2017. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/30083/6/2017_tese_jtvieira.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

ZONZON, Cristiane Nicole. Capoeira Angola: africana, baiana, internacional. In: MOURA, M. A larga barra da baía: essa província no contexto do mundo [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 130-165.



EXPRESSÃO
GRÁFICA
EDITORA



“Um dos méritos desta obra é a junção da função didática ao combate ao racismo e luta pela valorização da identidade dos povos quilombolas.”

**Glauber Robson
Oliveira Lima**

Mestre em
Planejamento e Políticas
Públicas – UECE.
Doutorando em
Políticas Públicas - UECE
(Bolsista Funcap)



“O livro é uma incursão pelas relações estabelecidas nessas comunidades com sua história, memória e território, a partir da qual engendram sua identidade quilombola, de experiência, resistência e luta.”

**Ana Isabel RP Cortez
Reis**

Doutora em História pela
Universidade Federal do
Ceará. Coordenadora
do Mestrado Profissional
em Ensino de História -
PROFHISTÓRIA – URCA.



“Linda contribuição para a história das comunidades quilombolas no Brasil. Vida longa ao jeito de viver quilombola!”

Carla Beatriz Meinerz

Doutorada em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005). Docente na área de ensino de História do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS).

